



Índice

- 01** Capital mineira ganha núcleo de atendimento as vítimas de racismo
- 02** MPF/MA promove seminário sobre educação diferenciada para os índios Awá
- 03** Governo enviará Força Nacional a MS para impedir conflitos por terras
- 04** Audiência pública aborda conflito entre produtores e índios em município do norte gaúcho
- 05** Governo lança campanha para pedir paz entre índios e produtores em MS
- 06** Indígenas tocantinenses apresentam prioridades em saúde em encontro
- 07** Aeroporto tem arquitetura inspirada em cultura indígena no interior do AC
- 08** Movimento em Defesa dos Povos Indígenas questiona motivação em Guáira
- 09** Profebpar realiza palestra sobre educação escolar dos indígenas
- 10** Famílias de comunidades indígenas e de pescadores em MT serão beneficiadas com instalação de apiários
- 11** Proposta de demarcação apresentada pelo Governo desagrada proprietários e indígenas
- 12** Índios 'invadem' a Grande BH
- 13** Comunidade quilombola recebe certificado da Fundação Cultural Palmares
- 14** I Alerta Quilombola



- 15 Proposta de demarcação apresentada pelo Governo desagrade proprietários e indígenas
- 16 Comunidade Baía Formosa enfrenta problemas ambientais e com serviços públicos
- 17 Dez anos do Decreto 4887: dos efeitos de uma política de reconhecimento sobre o campo acadêmico
- 18 Moradores de Padre Bernardo não têm acesso a escola nem a posto de saúde
- 19 Com 6 dos 15 votos do TRF4 a favor do Decreto de territórios quilombolas, julgamento é suspenso até dezembro
- 20 Competição por vagas na faculdade é duas vezes maior para negros
- 21 Terras indígenas - Novas regras preveem mecanismo para mediar conflitos
- 22 Portaria pode paralisar definitivamente a identificação de Terras Indígenas
- 23 Ministério debate portaria para solução dos conflitos indígenas
- 24 Defensores dos índios temem atraso em demarcações
- 25 As diferenças entre o cristianismo e os deuses indígenas
- 26 Secretaria de Governo, vai abrigar conselhos, Defesa Civil e políticas públicas para mulheres e índios
- 27 Índios aproveitam visita de ministras para protestar
- 28 Índios na encruzilhada
- 29 Índios temem ataque após ônibus incendiado em MS, diz cacique
- 30 Índios mundurucu viajam de avião para reunião ministerial



-
- 31** [Rio dos Índios e a luta pela Terra \(completo\)](#)
 - 32** [Questão Indígena: 'Não podemos aceitar violência das invasões', diz produtor e presidente da Aprosoja/MS](#)
 - 33** [Cacique é assassinado no interior de MS](#)
 - 34** [Desamparo social estimula migração indígena para Belo Horizonte](#)
 - 35** [Sucateada, Casai desativa 10 dos 29 leitos em Dourados Título Interno](#)
 - 36** [Ponto de apoio para agricultura será criado na Aldeia Amambai](#)
 - 37** [MPF recomenda consulta às comunidades indígenas de Paragominas para realização de novo concurso](#)



Capital mineira ganha núcleo de atendimento as vítimas de racismo

SÍTIO CEDEFES, 29.11.2013

Espaço irá funcionar nas dependências da Divisão Especializada de Atendimento a Mulher, ao Idoso e ao Portador de Deficiência

Belo Horizonte ganhou nesta quinta-feira (28), um Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância (Navcradi). O núcleo começou a funcionar nas dependências da Divisão Especializada de Atendimento a Mulher, ao Idoso e ao Portador de Deficiência, localizado na Rua Aimorés, 3025, no bairro Barro Preto, região Centro-Sul da capital. A nova divisão tem como objetivo prestar atendimento qualificado àqueles que se encontram em situações de desigualdade.

O chefe de Polícia Civil (PC), Cyilton Brandão da Matta, explica que objetivo é tratar esses casos com toda atenção e respeito a população. "Temos a honra de mais uma vez afirmarmos que a Polícia Civil é verdadeiramente uma instância de resolução pacífica de conflitos, de proteção e de promoção dos Direitos Humanos de todos os cidadãos, em especial daqueles que se inserem nos grupos socialmente vulneráveis", afirma.

A chefe da Divisão Especializada de Crimes contra a Mulher, Idoso e Portador de Deficiência, delegada Margarete de Freitas, declara que além de acolher o cidadão, esse irá possibilitar o levantamento de dados sobre estes tipos de ocorrência para, futuramente, abrir uma delegacia especializada de combate estes tipos de crimes.

A PC irá disponibilizar também atendimentos jurídico, psicológico e social por meio da prestação de serviços de instituições parceiras, possibilitando a realização de perícia e exames específicos que se fizerem necessários, pelo Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal.

O deputado João Leite, que estava presente na inauguração do núcleo, parabenizou a iniciativa e empenho da PC. "A Polícia Civil tem me surpreendido pela agilidade. Não imaginávamos em criar um Núcleo de tanta importância como este em tão pouco tempo e tamanha eficácia" declara.

Lei

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da Lei 7.716 de janeiro de 1989 e 12.288 de julho de 2010. De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

Uma pessoa que ofende outra em virtude da raça, cor, etnia e religião, pode ser penalizada também. Por se caracterizado como injúria racial, este crime estabelece pena de reclusão de um a três anos e multa. A partir de amanhã, as vítimas desses crimes serão atendidas pelo Núcleo, localizado na Rua Aimorés, 3025, no bairro Barro Preto.

Fonte: ALMG - <http://www.otempo.com.br>

MPF/MA promove seminário sobre educação diferenciada para os índios Awá
SÍTIO PR/MA, 29.11.2013

Encontro aconteceu nesta sexta-feira (28), com a participação da Funai, Cimi, Ufma e Seduc, além de representantes indígenas



Nesta sexta-feira (29), o Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) promoveu um seminário sobre educação diferenciada para os povos indígenas Awá de recente contato. O objetivo principal do encontro foi ouvir as demandas da comunidade, para pensar em estratégias que garantam educação para o grupo indígena.

O seminário foi coordenado pelo procurador da República Alexandre Silva Soares, titular do ofício da defesa das populações indígenas. Além do MPF/MA e dos índios Awá e Guajajara,

estavam presente no seminário representantes da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Conselho Indigenista Missionário Regional Maranhão (Cimi) e Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (Seduc-MA). A Fundação Nacional do Índio (Funai) também participou do encontro, por meio de videoconferência.

Na ocasião, representantes do povo Awá relataram a experiência em educação diferenciada que foi iniciada com eles, pelo Cimi, destacando o interesse em aprender principalmente sobre a língua portuguesa e a cultura das cidades, ao mesmo tempo em que ensinam sobre a língua nativa e a cultura indígena. Dentre as principais demandas apresentadas, estão: continuidade do processo de escolarização, construção de prédio escolar adequado, recursos para manutenção da escola e formação para professores Awá que vão assumir novas turmas.

O procurador da República Alexandre Soares reforçou o interesse dos povos Awá quanto ao acesso à educação diferenciada, destacando a importância da atuação conjunta de órgãos ligados à educação, no atendimento das demandas dos indígenas.

A conselheira regional do Cimi, Rosana de Jesus Diniz, falou sobre o trabalho de educação diferenciada realizado em aldeias Awá do Maranhão, ao longo de 12 anos. Ela destacou que foram mais de 2000 dias de convivência com o povo indígena, que promoveram o intercâmbio de língua e cultura. No entanto, não foi possível dar continuidade ao projeto, por falta de recursos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

Já a Funai, ouviu todas as demandas apresentadas no seminário e expôs os tipos de projeto que desenvolve na educação indígena, para saber qual deles é de interesse dos povos Awá.

Assessoria de Comunicação

Procuradoria da República no Maranhão

Tel: (98) 3213-7100

E-mail: ascom@prma.mpf.gov.br

Twitter: @MPF_MA

Governo enviará Força Nacional a MS para impedir conflitos por terras

SÍTIO BBC BRASIL, 29.11.2013

Diante do acirramento da tensão entre índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul, o governo decidiu enviar tropas da Força Nacional para o Estado.



Conflitos indígenas atingem há tempos parte do Mato Grosso do Sul

Uma portaria do Ministério da Justiça publicada nesta sexta-feira autoriza o emprego imediato da força para impedir confrontos no Cone Sul do Estado e na Terra Indígena Buriti, em Sidrolândia (a 70 km de Campo Grande). Seu período de atuação será de 90 dias e pode ser prorrogado.

As tropas, que atuarão com a Polícia Federal e forças estaduais, chegarão a Mato Grosso do Sul no momento em que se encerra um prazo dado por associações de agricultores locais

para a solução dos conflitos agrários no Estado.

Elas têm dito que, caso as autoridades não apresentem até este sábado uma proposta para acabar com as disputas de terras, confrontos violentos poderão ocorrer.

A Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) marcou para 7 de dezembro um leilão que levantará recursos para a defesa dos agricultores em áreas de disputa. A organização diz que já foram arrecadadas cerca de mil cabeças de gado e toneladas de grãos para o evento, batizado de "Leilão da Resistência".

Segundo o presidente da Acrissul, Francisco Maia, os recursos servirão para que os fazendeiros contratem três tipos de profissionais: advogados, antropólogos incumbidos de contestar os estudos que embasam as demarcações e empresas de segurança.

"Até agora, eles invadiam e nós recuávamos. Se invadirem outras terras, vai ter tiroteio, e aí ninguém sabe a consequência." O presidente da Acrissul diz que a contratação de seguranças ocorrerá dentro da lei.

Para os índios, não há novidade na postura dos fazendeiros. "Eles já têm agido com violência nos últimos dez, quinze anos", diz o líder guarani kaiowá Tônico Benites. Ainda assim, ele afirma que a crescente animosidade no Estado é preocupante e que o leilão financiará a criação de uma "milícia" contra os índios.

Poder de barganha

CONT.



Para outros órgãos familiares ao conflito agrário no Estado, no entanto, o principal objetivo do leilão é ampliar o poder de barganha dos fazendeiros nas negociações para resolver o impasse.

Desde junho, após a morte do índio terena Oziel Gabriel numa ação de reintegração de posse na Terra Indígena Buriti, em Sidrolândia, representantes de fazendeiros, indígenas, governo federal, governo estadual, Ministério Público, Poder Judiciário e a Assembleia Legislativa passaram a dialogar em conjunto em busca de uma solução para os problemas agrários em Mato Grosso do Sul.

Combinou-se que as negociações começariam pela Terra Indígena Buriti, onde os índios ocupam trechos de 27 fazendas, segundo a Acrissul.

Em 2010, o Ministério da Justiça delimitou a Terra Indígena e determinou que os índios terena têm direito à posse e ao usufruto exclusivo da área. No entanto, fazendeiros se recusam a sair e têm conseguido travar a conclusão do processo na Justiça.

As negociações para acabar com o impasse empacam num ponto: como indenizar os fazendeiros pelas terras.

A Constituição determina que não índios a serem expulsos de áreas indígenas só podem ser indenizados por benfeitorias, como casas. Acontece que muitos dos fazendeiros detêm os títulos dessas áreas (emitidos pelo Estado há décadas) e querem compensação por toda o terreno a ser desapropriado.

A situação se reproduz em vários pontos do Estado. De acordo com a Acrissul, há hoje 80 fazendas ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul. Como praticamente todos os casos foram judicializados, as demarcações avançam a conta-gotas e não têm desfecho à vista.

Inicialmente, definiu-se que o governo estadual indenizaria os fazendeiros de Buriti com a venda de terras estaduais à União. O Estado, porém, alegou não ter terras suficientes.

Agora, segundo nota do Ministério da Justiça à BBC Brasil, o governo federal se comprometeu a repassar recursos da União para compensar os fazendeiros.

Ainda não se acertou como o repasse a ocorrerá. Estuda-se a possibilidade de que o governo reserve parte do Orçamento de 2014 para os pagamentos.

Nesta semana, o governo estadual e fazendeiros apresentaram outra proposta, que prevê, entre outros pontos, que o Estado use recursos comprometidos com sua dívida com a União para pagar as desapropriações. O governo federal ainda não se posicionou sobre a proposta.

Quando o caso de Buriti for resolvido, o governo federal diz que passará a negociar soluções para os demais conflitos agrários no Estado.

Embora a gestão se diga empenhada em avançar no diálogo, as demais partes afirmam que o tema se tornou tão complexo que qualquer solução agora depende de uma participação direta

CONT.



da presidente Dilma Rousseff.

Os índios temem o prolongamento do conflito. O clima é tenso nas “retomadas”, como eles se referem às áreas ocupadas. Há relatos frequentes de intimidações e ataques de seguranças contratados por fazendeiros.

De acordo com os indígenas, desde 2012 ao menos sete pessoas – entre as quais seis índios – morreram em decorrência do conflito de terras na região.

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado à Igreja Católica, calcula que mais de mil índios guarani kaiowá se mataram entre 1988 e 2012, o que, segundo o órgão, sinaliza o desespero e descrença dos indígenas na solução de seus problemas, principalmente da terra. Guerra do Paraguai

Os problemas agrários em Mato Grosso do Sul tiveram desdobramentos importantes com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Após o conflito, enquanto o governo estimulava a migração de agricultores para assegurar seu controle na área próxima à fronteira com o país vizinho, o hoje extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi incumbido de agrupar os indígenas da região em pequenas porções de terra.

A estratégia produziu uma distorção que persiste: embora o Mato Grosso do Sul tenha a segunda maior população indígena do país (73,2 mil pessoas, ou 9% do total de índios no país), as terras demarcadas no Estado correspondem a apenas 0,7% das áreas indígenas no Brasil.

Para o líder guarani kaiowá Tônico Benites, a lentidão para regularizar as terras justifica que novas ocupações ocorram, apesar da ameaça de reação enérgica dos fazendeiros a partir do dia 30.

Segundo Benites, essas ações costumam ser articuladas por índios idosos como um “último recurso” para que eles possam ser enterrados junto de seus antepassados.

“Quando um índio que esperou a vida inteira pela demarcação sente que vai morrer, não tem ameaça de fazendeiro que o impeça de cobrar os filhos, netos e bisnetos a fazer a retomada”.

“É isso que a burocracia e a Justiça do branco se recusam a entender”.

Audiência pública aborda conflito entre produtores e índios em município do norte gaúcho

SÍTIO RURAL BR, 29.11.2013

Empreendimento, localizado em área declarada indígena, foi invadido e saqueado por índios na última semana



Foto: Luiz Carlos Heinze / Arquivo Pessoal

Audiência pública foi marcada para abordar conflitos entre indígenas e produtores rurais no município de Vicente Dutra, norte do Rio Grande do Sul

Uma audiência pública na manhã desta sexta, dia 29, debateu o conflito entre produtores e índio no município de Vicente Dutra, norte do Rio Grande do Sul. Na última semana, o Empreendimento Águas do Prado foi ocupado e saqueado por índios. O vigilante do balneário chegou a ser agredido em outra ocasião ao tentar impedir a entrada dos índios no local. O Águas do Prado fica em área Rio dos Índios, declarada indígena em 2004 e que está em estudo para ser repassada aos caingangues.

– A situação é preocupante. Os índios pressionam de forma injusta os agricultores. Falta definição por parte do governo federal na reedição da Portaria 303. O documento declara que aquelas áreas não habitadas por índios

antes da constituição de 1988 são terras que não pertencem aos índios. É uma indústria da invasão. Os agricultores ficam sem saber o que fazer – afirma o deputado Vilson Covatti (PP-RS), que marcou a audiência.

Sobre a invasão ao Empreendimento Águas do Prado, o deputado ressaltou que tanto os índios como a Funai precisam ser responsabilizados na forma da lei pela invasão, brutalidade e vandalismo.

A Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU) fixa a interpretação das salvaguardas às terras indígenas a ser seguida pela Justiça após decisão do STF sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em outubro deste ano.



Governo lança campanha para pedir paz entre índios e produtores em MS

SÍTIO RONDA DO MS, 30.11.2013

O governador André Puccinelli (PMDB) anunciou que a partir de hoje começa a ser divulgada a campanha "Paz na Terra" para que os conflitos no campo sejam cessados e que não haja novas tragédias no Estado.

André destacou que esta ação terá a participação de todos os segmentos envolvidos, com representantes dos povos indígenas e produtores rurais, além da classe política e civil.

"Temos que lembrar que somos brasileiros e que todos devem colocar seus interesses legítimos em pauta na mesa, para que a solução atenda a todos os grupos", ressaltou ele.

O governador ponderou que espera que até fim do seu mandato, em dezembro de 2014, sejam resolvidos todos os conflitos indígenas no Estado. "Tenho esperança e fé e acredito que agora o governo federal começará a agir, a solução está próxima".

Prazo – Puccinelli destacou que o governo federal enviou dois representantes ontem para avaliar a situação da fazenda Buriti, que pediram mais 15 dias de prazo para tomar uma decisão sobre o caso.

"O prazo dos servidores irá terminar amanhã (30), então iremos fazer um semi-ultimato, pois agora precisa ser pra valer, estivemos em Brasília na semana passada e fizemos uma cobrança dura a União, mas vamos respeitar estes 15 dias de paciência", apontou.

André ainda destacou que na próxima quinta-feira, o governo federal deve decidir como será a provisão financeira para compra das terras.

"Precisamos dar garantia jurídica a todos, eles (governo federal) cometeram um equívoco histórico, quando validaram e venderam as terras aos produtores, agora terão que corrigir".

Campo Grande News



Indígenas tocaninenses apresentam prioridades em saúde em encontro

SÍTIO SURGIU, 30.11.2013

Na oportunidade, o Tocantins - com 20 pessoas e profissionais na condição de delegados da área - estará apresentando proposta como melhoria na articulação

Após a realização de cinco conferências locais e uma distrital, representantes das sete etnias do Estado, gestores, usuários e trabalhadores em saúde indígena e SUS do Tocantins deverão apresentar em Brasília, de segunda-feira, 2, ao dia 6, sexta-feira, suas demandas na área, durante a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, marcada para o Centro Internacional de Convenções do Brasil.

Na oportunidade, o Tocantins - com 20 pessoas e profissionais na condição de delegados da área - estará apresentando proposta como melhoria na articulação e acesso à saúde preventiva, medicamentos, atendimentos, infraestrutura, como construção de postos de saúde, saneamento básico, entre outras reivindicações.

De acordo com a coordenadora estadual do Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins, Ivaneizília Ferreira Noleto, "é necessária uma maior articulação para que algumas questões prioritárias em relação à política do subsistema indígena, a exemplo do atendimento com medicamento nas reservas indígenas sejam melhoradas", diz, reconhecendo, todavia, que houve avanços na área implementados pelo Ministério da Saúde.

A coordenadora compreende que é preciso haver "uma melhor articulação e entendimento também entre as partes ligadas à luta pela causa indígena, inclusive com os municípios e os gestores, visto que os povos indígenas estão nos municípios", acreditando que a Conferência Nacional será um momento importante para se delimitar novos avanços.

Para o presidente do Conselho do Distrito de Saúde Indígena (Condisi), Cleiton Javaé, são perceptíveis os avanços, não deixando de frisar que "ainda há outros gargalos, dentre os quais a construção, adequação e manutenção de postos de saúde, que no dia a dia têm dificultado a vida das comunidades indígenas". Ele menciona também a necessidade de regularização no atendimento e distribuição dos medicamentos nas unidades de saúde indígenas.

Conforme destaca, vários produtos se fazem necessários ser incluídos na Relação Nacional de Medicamentos (Rename) do Ministério da Saúde, que tem dificultado tanto na prescrição como no tratamento das pessoas nas aldeias. Com a 5ª CNSI. "A expectativa nossa é de que estes e outros itens se tornem políticas públicas para o nosso estado", estima o dirigente javaé.

Além da nação Javaé, o Tocantins marcará presença na 5ª CNSI com as demais nações: Apinajés, Krahô, Krahô Canela, Xerente, Karajá Santana e Karajá Xambioá. Cerca de 2 mil indígenas, gestores, usuários e trabalhadores em saúde indígenas e SUS devem participar da conferência no DF.

Aeroporto tem arquitetura inspirada em cultura indígena no interior do AC

SÍTIO G1/AC, 30.11.2013

Aeroporto de Cruzeiro do Sul tem semelhança com aldeia indígena.
Valorização da cultura regional motivaram o projeto arquitetônico.



Terminal tem 3,5 mil metros de área construída (Foto: Onofre Brito/Arquivo pessoal)

A valorização da cultura regional e o incentivo ao turismo motivaram o projeto arquitetônico que deu ao terminal de passageiros do Aeroporto de Cruzeiro do Sul (AC), a semelhança de uma aldeia indígena. O aeroporto é o mais ocidental do Brasil, quem desembarca pela primeira vez na região e dá de cara com o terminal não tem dúvidas de que está no meio da Amazônia.

Segundo a superintendência local da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), o terminal com 3,5 mil metros de área construída teve a parceria do Governo do Estado, que decidiu criar um projeto arquitetônico levando em conta as características da Região do Vale do Juruá, onde habitam diversos povos indígenas.

“Nós temos aqui muitos povos indígenas e esse terminal mostra a identidade cultural da região. Ao mesmo tempo é moderno e bonito, enfim, nos traz muito orgulho”, comenta o carpinteiro Brasileiro Teixeira Lopes.

Os mais de 15 milhões de metros quadrados de floresta ao redor do terminal ajudam na caracterização do projeto arquitetônico, a área faz parte do sítio aeroportuário de Cruzeiro do Sul, um dos maiores do país.

CONT.



Identidade cultural da região inspirou projeto arquitetônico (Foto: Onofre Brito/Arquivo pessoal)

Se o visual externo é rústico, no interior do prédio sobra modernidade. A estrutura que tem capacidade de receber 300 mil passageiros por ano conta com todos os aparatos eletrônicos de segurança e comunicação, além de um sistema de refrigeração movido à água.

"A inauguração foi em 2009 e ainda é o aeroporto mais bonito da região Norte do Brasil. Tem um porte menor se comparado a muitos outros, mas com esta arquitetura e obedecendo aos padrões ambientais ainda não apareceu outro", afirma Osvaldo Dilson, ex-superintendente local da Infraero.



Movimento em Defesa dos Povos Indígenas questiona motivação em Guaíra
SÍTIO JORNAL DO OESTE, 01.12.2013

Os três suspeitos de envolvimento no crime se apresentaram à Polícia Civil

No último domingo (24) o índio Guarani da Aldeia Tekohá Mirim de Guaíra, Bernardino Dávola Goulart, foi assassinado e uma criança de 10 anos baleada na cabeça no centro da cidade. Os órgãos de segurança apontaram e continuam sustentando – por relatos de testemunhas e acusados – que os fatos têm relação com uma briga de bar. Porém, o Movimento em Defesa dos Povos Indígenas Oeste PR questionam esta versão. Ele levanta a possibilidade da morte ter envolvimento com o conflito de terras e raças na região. Uma nota pública foi divulgada na quinta-feira (28) solicitando “uma profunda investigação”.

Diversas pessoas de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Guaíra, que já lutavam pelas causas indígenas se reuniram na última terça-feira (26) e formaram o movimento, composto por cidadãos, organizações e militantes sociais na defesa dos direitos dos povos indígenas e pela demarcação de terras. O encontro também resultou na elaboração da nota pública em solidariedade e repúdio à “atrocidade cometida contra a vida Guarani”.

Na nota, o movimento reforça o conflito anunciado na região devido às brigas pela demarcação de terras entre ruralistas e índios e as campanhas de “disseminação de ódio e mobilização contrária aos povos indígenas, incentivada pelos defensores das oligarquias locais e as organizações ruralistas”.

O texto levanta ainda o questionamento da morte de Bernardino Dávola Goulart e a tentativa contra a criança. Para o movimento, os crimes podem ter relação com tais conflitos, não apenas ser consequência de uma briga de bar. “Em visita às aldeias Tekohá Y’Hovy e Tekohá Mirim, as lideranças nos informaram que várias ameaças já ocorreram desde o início do ano como forma de intimidar os indígenas”, afirma o documento.

Ele pontua ainda que os povos Guarani sempre estiveram presentes na região, resistindo as “atrocidades cometidas pelo “homem civilizado”” e mantendo firmes a sua luta. “E nós pretendemos fortalecer esse movimento.

Solicitamos publicamente uma rápida investigação para encontrar os assassinos e os possíveis mandantes do crime e a subsequente punição.

Para resolução do conflito, é necessária a retomada dos estudos para a demarcação. É preciso defender a vida acima do lucro!”, finaliza.

INVESTIGAÇÃO

CONT.



Já a Polícia Civil (PC) de Guaíra afirma que a linha de investigação segue para homicídio sem relação com disputa de terra ou ódio racial, embora o inquérito ainda não tenha sido finalizado. Ela garante que houve no início especulações sobre o tiroteio estar relacionado aos conflitos da região, mas que as testemunhas e acusados afirmam que não.

Os três suspeitos se apresentaram à PC, entregaram a arma supostamente usada no crime e afirmaram que foi motivado por embriaguez. Os dois adolescentes e o maior, que já possui passagem pela polícia, afirmaram que estavam bebendo no local e que haviam comprado uma caixa de cerveja, porém, que o índio passou e pegou a bebida, iniciando uma briga.

Após a discussão, os envolvidos foram para a casa, voltaram armados e dispararam contra o índio. "Segundo relatos deles, após atirarem contra o índio voltaram e dispararam seis vezes contra um grupo de índios para assustar, foi quando atingiram a criança indígena", detalha.

A PC afirma que o inquérito ainda está em fase de elaboração, serão ouvidas mais testemunhas, incluindo os índios. "O revólver calibre 22 será periciado e vamos investigar se a versão apresentada é a veracidade dos fatos. Mas, por enquanto a motivação não tem relação com estes conflitos de terra ou raça", garante o órgão de segurança. Os três acusados não ficaram detidos, pois não houve flagrante.

A criança que foi atingida está internada no Hospital Bom Jesus. Ela passou por cirurgia para a retirada da bala que ficou alojada na cabeça, mas está estável.



Profebpar realiza palestra sobre educação escolar dos indígenas

SÍTIO TRIBUNA DO TOCANTINS, 01.12.2013

A mesa redonda será composta pelo professor da UFMA campus São Luis, José Bolívar, que é um estudioso na área de ensino escolar indígena

Imperatriz - Será realizado na segunda-feira (2), o "Encontro sobre Indígenas" promovido pelo curso de Pedagogia da UFMA, campus Imperatriz, do Programa de Professores da Educação Básica do Plano de Ações Articuladas (PROFEBPAR) de Imperatriz. A palestra terá início às 18h30 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde.

O tema abordado esse ano será "A educação escolar dos indígenas e formação de professores". Segundo a coordenadora do Profebpar, Késsia Mileny, foi pensado essa temática devido ao expressivo número de indígenas matriculados no curso de Pedagogia. "A proposta da ação é fazer com que os professores do programa conheçam um pouco mais a realidade dos alunos indígenas", afirmou.

A mesa redonda será composta pelo professor da UFMA campus São Luis, José Bolívar, que é um estudioso na área de ensino escolar indígena, o consultor do MEC, Gersem Baniwa e os representantes das comunidades indígenas próximas a Imperatriz, Edilson Ckry Ckry Krikati representando o povo Krikati e José Aragão Guajajara, do povo Guajajara.

Famílias de comunidades indígenas e de pescadores em MT serão beneficiadas com instalação de apiários

SÍTIO OLHAR DIRETO, 01.12.2013



Famílias de comunidades indígenas e de pescadores em MT serão beneficiadas com instalação de apiários

Cerca de 160 famílias que vivem em comunidades indígenas e de pescadores na região sul do estado irá ser beneficiado com instalação de apiários. De acordo com a Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural (Empaer), o objetivo é ampliar em até 15% a produção de mel na região. As comunidades que serão contempladas ficam localizadas nos municípios de Santo Antônio de Leverger (33 km de Cuiabá) e Barão de Melgaço (109 km de Cuiabá).

Para a produção de qualidades no apiário, serão realizados treinamentos com orientações teorias e práticas para os funcionários. A criação de abelhas africana será umas das práticas aplicadas nos treinamentos. Segundo o Empaer, ao todo serão 1150 colméias, e cada família poderá adquirir de 5 a 10 para sua própria produção.

De acordo com o biólogo do Empaer, João Bosco Pereira, em Mato Grosso uma colméia pode produzir em média 30 quilos de mel por ano. Na região do Pantanal, a produção pode atingir 60 quilos.

A ampliação da apicultura em Mato Grosso começou com um projeto no ano de 2012, com reuniões e orientações para as famílias que vivem da pesca como outra opção de fonte de renda, principalmente no período da piracema.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

Novas tecnologias

Uma das inovações tecnológicas que serão aplicadas é a instalação de colméias nos galhos das árvores, suspensas a uma altura de dois metros do chão, penduradas por arames.

A medida é evita a ação dos predadores como formigas, cupins, tamanduás e outros problemas no período das chuvas. Outro ponto importante, segundo o biólogo da Empaer, é o preço da caixa de abelha que vai custar R\$ 60 a unidade e pago com o produto.



Proposta de demarcação apresentada pelo Governo desagrada proprietários e indígenas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 01.12.2013

Segundo Buzatto, a parte "perdedora" deve utilizar as justificativas do próprio relatório para recorrer ao Poder Judiciário

Aguardada há tempos e divulgada sábado pelo Ministério da Justiça, a minuta da portaria para modificar o procedimento de demarcação de terras indígenas conseguiu deixar os dois lados insatisfeitos: índios e fazendeiros. O documento - que se propõe a agilizar, aumentar a transparência e evitar judicialização - ainda é uma prévia e receberá sugestões de entidades indígenas, órgãos governamentais e associações de agricultores.

"Na nossa avaliação, piora a situação, que já é insuportável. Aumenta a insegurança jurídica de todos os envolvidos. Mantendo os conflitos que já estão latentes nas diferentes regiões e em Mato Grosso do Sul em particular", afirma o secretário executivo do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Cleber Buzatto.

Para ele, um dos pontos mais prejudiciais é o que abre a possibilidade de que conste no relatório circunstanciado as posições divergentes dentro do mesmo grupo de trabalho. Conforme a minuta da portaria, "em caso de divergência total ou parcial entre os membros do grupo técnico sobre a proposta de delimitação da área, a posição divergente será consignada em separado, em parecer fundamentado, que integrará o relatório circunstanciado de identificação e delimitação".

Segundo Buzatto, a parte "perdedora" deve utilizar as justificativas do próprio relatório para recorrer ao Poder Judiciário. Ou seja, mantendo a enxurrada de ações que permeiam o processo de demarcação de terra indígena. De acordo com o secretário executivo do Cimi, a proposta do Ministério da Justiça também aumenta as idas e vindas dentro do procedimento administrativo, retardando um desfecho. O documento será discutido pelos povos indígenas e também analisado quanto à constitucionalidade.

Assessor jurídico da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária), Gustavo Passarelli avalia que a proposta mantém o mesmo problema do atual procedimento para demarcação. "O produtor continua sem ser contemplado. Ele continua sem direito de participação", afirma. Atualmente, a exclusão dos fazendeiros do processo administrativo leva a diversas ações judiciais.

O conflito no campo já faz parte da história de Mato Grosso do Sul e teve mais um capítulo trágico em maio, quando a desocupação da fazenda Buriti, em Sidrolândia, resultou na morte de um índio terena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

Com a morte na reintegração de posse, o governo federal enviou emissários do primeiro escalão, incluindo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para negociar a paz no campo. Reuniões com fazendeiros e índios foram realizadas em Campo Grande e Brasília.

Surgiram propostas como indenização por TDA (Título da Dívida Agrária), porém, sem proposta definitiva os ânimos seguiram exaltados, com novas invasões e declarações sobre o risco de derramar sangue. Ontem, o governo federal determinou que a Força Nacional atue por 90 dias em repressão aos conflitos agrários. Sábado, venceu o prazo para apresentar uma solução pacífica para a disputa.

Agora, é exigida audiência com a presidente Dilma Rousseff (PT) e a aplicação de três medidas: desapropriação pela União de terras não-indígenas; aquisição de terras em conflito com recursos federais destinados ao Fundo Estadual de Terras Indígenas; e autorização para que o Estado destine recursos do pagamento da dívida com a União para aquisição de terras.

Índios 'invadem' a Grande BH SÍTIO HOJE EM DIA, 01.12.2013



"Facilidades" e conforto como energia elétrica, telefonia e TV ajudariam a atrair índios

O processo de migração indígena é silencioso, mas nos últimos dois anos pode ser cada vez mais notado, tanto nas ruas e praças do Centro de Belo Horizonte quanto na região metropolitana.

Com o número crescente de indígenas deixando as reservas no Sul da Bahia, e sem um local adequado para abrigá-los na área urbana, a Prefeitura de BH pode ter, no futuro, um problema grave para resolver.

O alerta é do sociólogo, antropólogo e cientista político Leônidas Valadares Viegas Lopes, destacando que, ao chegarem nos novos

territórios, os índios encontram dificuldades para se assentar e passam a viver em favelas.

"A garantia do direito à moradia é um dos principais desafios aos povos indígenas que migram para as cidades, mas há também questões como a educação dos filhos, saúde, alimentação e violência, no contexto da segurança urbana", diz.

A constatação do professor é confirmada por Marinalva Maria de Jesus, representante da Associação dos Povos Indígenas de BH e Região Metropolitana (APIBHRM). Ela já identificou quase 8 mil índios em situação de penúria na capital e cidades como Ibitité, Vespasiano, Ribeirão das Neves e Juatuba. "Nas colônias, que ficam nos aglomerados, em cada barraco vivem até 20 pessoas", lamenta Marinalva.

Dificuldades

Pela cidade, os índios enfrentam vários desafios. Na última sexta-feira, em um ponto de ônibus na região hospitalar da capital, um grupo tentava pegar o ônibus para o bairro Jardim Vitória, na região Nordeste.

O destino era um porão de três cômodos, onde o pataxó Sucupira "de branco" é Willian Lima de Souza) vive com 18 pessoas, dentre elas um recém-nascido.

"Sofremos para morar e muitos motoristas ainda não aceitam nossa presença nos coletivos", reclamou, referindo-se ao fato de andarem sem camisa e a caráter, com cocares e enfeites pelo corpo.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

A BHTrans reconhece o problema e informou que as reclamações já haviam sido registradas. Se for constatada alguma irregularidade na conduta dos motoristas, o consórcio responsável pela linha poderá ser punido. No entanto, frisa que, por lei, ninguém pode andar sem camisa nos coletivos.

Os pataxós reclamam das agressões físicas, psicológicas e verbais a que são submetidos diariamente, enquanto vendem artesanato nas ruas de BH. Os relatos estão sendo analisados pelo Ministério Público Federal (MPF). Segundo a assessoria do órgão, depois de registrar três casos somente na semana passada, o MPF instaurou um inquérito sobre as ocorrências.

A questão da migração indígena foi discutida, em fevereiro deste ano, numa reunião entre a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial (Cpir) da PBH, a Funai, a Defensoria Pública e membros da APIBHRM. Ficou previsto para 2014 um diagnóstico da situação indígena em BH.

Comunidade quilombola recebe certificado da Fundação Cultural Palmares

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 01.12.2013

É o primeiro passo para o acesso a políticas públicas. Famílias vivem perto de Padre Bernardo, município goiano distante cerca de 100km de Brasília



"A nossa terra é fértil. Plantei arroz, feijão, algodão, açafrão, cana caiana. Nos 'enfarturamos' muito"
- Benedita Pereira da Silva Rocha, 101 anos

Foram 160 anos de luta por reconhecimento até que, neste ano — pouco mais de um século após a criação da Lei Áurea —, 120 famílias formadas por filhos, netos, bisnetos e tataranetos de escravos passaram a existir oficialmente para o Brasil. A comunidade remanescente de quilombo (CRQ) Sumidoro, distante 12km do município goiano de Padre Bernardo, foi um dos últimos grupos a receber o certificado da Fundação Cultural Palmares.

O documento é uma espécie de Carteira de Identidade e comprova que, naquela região, vivem descendentes de negros, cujas vidas foram marcadas pela escravidão. O título é o primeiro passo para que, finalmente, a colônia tenha acesso a políticas públicas e saia do esquecimento e do abismo social. A comunidade sabe que é apenas o início de uma grande jornada para que as tradições de seus antepassados se perpetuem.

Dona Benedita Pereira da Silva Rocha faz parte das primeiras gerações do povoado. Aos 101 anos, ela é a mais velha quilombola da região, mas prefere esconder quantas primaveras viveu. Diz ter 90 e poucos anos. Bitá Toca, como é conhecida, traz na pele os sinais dos longos anos que passou sob o sol arando o solo com uma enxada. Hoje, longe da terra, ela sente saudades de roçar. Ao recontar as histórias da época, o olhar da nativa mira ao longe. "A nossa terra é fértil. Plantei arroz, feijão, algodão, açafrão, cana caiana. Nos 'enfarturamos' muito. Fazia farinhada grande e beiju", lembrou.

Senzalas

Apesar da idade avançada, a centenária mantém frescos parte dos relatos que ouviu dos antepassados. A descendente de escravos guarda na memória um dos momentos mais assustadores presenciados por ela. Aos 13 anos, lembra-se de uma revolta que derramou sangue pelo território quilombola. "Em 1925, eu avistei gente armada andando a cavalo. Nós não nos mexíamos. Se a gente abrisse o bico, eles atiravam em nós. Eles matavam à toa. Eu vi gente morta, ué. Tiravam a vida de vacas também para comer e iam embora. Era um povo bonito, estrangeiro e até bom de prosa. Tinham carros cheios de fuzis. Tive muito medo", relatou a remanescente.



I Alerta Quilombola

SÍTIO CEDEFES, 02.12.2013

I Alerta Quilombola: colóquio de discussões sobre o futuro das comunidades quilombolas

No mês de outubro, ocorreu, na comunidade remanescente de quilombo de Sacopã (Lagoa, Rio de Janeiro), o "I Alerta Quilombola: colóquio de discussões acerca do futuro das comunidades quilombolas".

A abertura do encontro foi feita pelo professor Guilherme Vargues (UFF). Ele apresentou o projeto Museu Afrodigital, que tem como objetivo construir um acervo digital e exposições virtuais sobre as práticas daqueles que se identificam a si mesmos, ou são identificados, como negros. O projeto é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diversas instituições como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). A coordenação é feita pela professora Dra. Maria Alice Rezende Gonçalves e pela professora Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ).

Já a mesa "Perspectivas Acadêmicas" foi composta pelos professores: Javier Lifschitz (Memória Social - UNIRIO), Eliane Monteiro (Educação - UFF), André Videira Figueiredo (Ciências Sociais - UFRJ) e Ronaldo Lobão (Direito-UFF). Foram discutidos temas sobre políticas públicas referente à educação quilombola e à titulação do território.

Em seguida, ocorreu um debate entre os representantes das comunidades remanescentes de quilombo: Nilton Carlos (Marambaia), Marinho (Lagoa Feia), Amaro Santos Cruz (Barrinha e Deserto Feliz), Adriano Lima (Associação de comunidades quilombolas do Rio de Janeiro - Acquilerj) e Luiz Sacopã (Acquilerj). Todos destacaram a importância do encontro e contaram um pouco sobre como anda o processo de titulação em cada comunidade. A mesa também contou com a presença da advogada da Maria Crioula, Fernanda Vieira, do antropólogo do Incra, Miguel Cardoso, e do procurador regional do Incra, Carlos Henrique Gondim.

Durante o almoço serviram feijoada para os participantes. No encerramento do encontro, Sacopã lembrou das famosas rodas de samba que aconteciam no quilombo e cantou "Um sorriso negro, um abraço negro, trás felicidade. Negro sem emprego, fica sem sossego, negro é a raiz da liberdade!".

O encontro foi promovido pela Acquilerj em parceria com o Fórum Justiça.

Fonte: www.koinonia.org.br



Proposta de demarcação apresentada pelo Governo desagrada proprietários e indígenas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 01.12.2013

Segundo Buzatto, a parte "perdedora" deve utilizar as justificativas do próprio relatório para recorrer ao Poder Judiciário

Aguardada há tempos e divulgada sábado pelo Ministério da Justiça, a minuta da portaria para modificar o procedimento de demarcação de terras indígenas conseguiu deixar os dois lados insatisfeitos: índios e fazendeiros. O documento - que se propõe a agilizar, aumentar a transparência e evitar judicialização - ainda é uma prévia e receberá sugestões de entidades indígenas, órgãos governamentais e associações de agricultores.

"Na nossa avaliação, piora a situação, que já é insuportável. Aumenta a insegurança jurídica de todos os envolvidos. Mantendo os conflitos que já estão latentes nas diferentes regiões e em Mato Grosso do Sul em particular", afirma o secretário executivo do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Cleber Buzatto.

Para ele, um dos pontos mais prejudiciais é o que abre a possibilidade de que conste no relatório circunstanciado as posições divergentes dentro do mesmo grupo de trabalho. Conforme a minuta da portaria, "em caso de divergência total ou parcial entre os membros do grupo técnico sobre a proposta de delimitação da área, a posição divergente será consignada em separado, em parecer fundamentado, que integrará o relatório circunstanciado de identificação e delimitação".

Segundo Buzatto, a parte "perdedora" deve utilizar as justificativas do próprio relatório para recorrer ao Poder Judiciário. Ou seja, mantendo a enxurrada de ações que permeiam o processo de demarcação de terra indígena. De acordo com o secretário executivo do Cimi, a proposta do Ministério da Justiça também aumenta as idas e vindas dentro do procedimento administrativo, retardando um desfecho. O documento será discutido pelos povos indígenas e também analisado quanto à constitucionalidade.

Assessor jurídico da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária), Gustavo Passarelli avalia que a proposta mantém o mesmo problema do atual procedimento para demarcação. "O produtor continua sem ser contemplado. Ele continua sem direito de participação", afirma. Atualmente, a exclusão dos fazendeiros do processo administrativo leva a diversas ações judiciais.

O conflito no campo já faz parte da história de Mato Grosso do Sul e teve mais um capítulo trágico em maio, quando a desocupação da fazenda Buriti, em Sidrolândia, resultou na morte de um índio terena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

Com a morte na reintegração de posse, o governo federal enviou emissários do primeiro escalão, incluindo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para negociar a paz no campo. Reuniões com fazendeiros e índios foram realizadas em Campo Grande e Brasília.

Surgiram propostas como indenização por TDA (Título da Dívida Agrária), porém, sem proposta definitiva os ânimos seguiram exaltados, com novas invasões e declarações sobre o risco de derramar sangue. Ontem, o governo federal determinou que a Força Nacional atue por 90 dias em repressão aos conflitos agrários. Sábado, venceu o prazo para apresentar uma solução pacífica para a disputa.

Agora, é exigida audiência com a presidente Dilma Rousseff (PT) e a aplicação de três medidas: desapropriação pela União de terras não-índigenas; aquisição de terras em conflito com recursos federais destinados ao Fundo Estadual de Terras Indígenas; e autorização para que o Estado destine recursos do pagamento da dívida com a União para aquisição de terras.



Comunidade Baía Formosa enfrenta problemas ambientais e com serviços públicos
SÍTIO CEDEFES, 02.12.2013

Comunidade Baía Formosa enfrenta problemas ambientais e com serviços públicos no RJ

A comunidade Baía Formosa, localizada no município de Armação de Búzios, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, enfrenta problemas ambientais causados pela retirada de areia, saibro, argila e minerais que vem ocorrendo na região.

De acordo com representantes da comunidade, o solo está ficando totalmente danificado, o que acaba dificultando o cultivo de árvores nativas. As lagoas e nascentes também estão sendo prejudicadas e já não se encontra mais espécies nativas de peixes e camarão.

Além do problema enfrentado pela comunidade em relação à fauna e à flora da região, o saneamento básico também causa preocupação, pois é um serviço que falta a todas as residências. A dificuldade de locomoção na comunidade quando chove é outro ponto que merece atenção: a lama nas ruas e falta de transporte público impossibilitam o traslado da população.

Fonte: www.koinonia.org.br



Dez anos do Decreto 4887: dos efeitos de uma política de reconhecimento sobre o campo acadêmico

SÍTIO CEDEFES, 02.12.2013

Na elaboração de um balanço dos dez anos do artigo 4887 não poderia ficar de fora uma reflexão, mesmo que sucinta, sobre os efeitos desta política de reconhecimento sobre o próprio campo acadêmico. Tema que nos remete ao terreno crítico da relação entre produção científica e produção política, entre formação dos campos e problemas científicos e a formação da Nação, que coloca a em cheque a confortável crença na distância suposta entre classificações sociais, conceitos científicos e categoriais jurídico-administrativas. Todos problemas para os quais o tema do reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil (mas também no resto da América Latina sob outras designações) nos servem de matéria prima excepcional; e nos quais vale a pena inserir o nosso balanço sobre os 25 anos do artigo 68 e os dez anos do decreto 4887.

Para ampliar um pouco o contexto temporal a que nos referimos, vale lembrar rapidamente que os primeiros estudos antropológicos nomeadamente sobre comunidades negras rurais tiveram início na década de 1980: alguns surgidos isoladamente e referidos a questões muito variadas, mas outros com origem em um mesmo grupo de pesquisa, da USP, unificado em torno do uso do conceito de "etnicidade".

Parte desta primeira produção estava já motivada pelos debates levantados pela categoria quilombos, mas não no mesmo sentido adotado hoje. Pelo contrário, ela polemizava com a tendência em projetar sobre as chamadas comunidades negras rurais aquilo que, neste momento, era apenas uma representação metafórica do quilombo histórico, largamente inspirada no programa político esboçado por Abdias do Nascimento por meio da expressão "quilombismo". A produção antropológica polemizava, portanto, com a tendência, predominante no movimento negro, mas que também remetia a certa tradição culturalista, presente nos trabalhos sobre população negra no Brasil, de se buscar pela "africanidade" destes grupos, tomadas como única fonte de valor e sentido das suas manifestações culturais e formas de organização social.

Esta polêmica sofreu uma drástica revisão depois do ano de 1988 e, mais especificamente, depois do ano de 1995. Tendo deixado de ser pura metáfora política para tornar-se categoria de reconhecimento político e ferramenta de atribuição de direitos, o uso da categoria quilombo seria revisitada e revisada pelos antropólogos. A partir de então, um número crescente de estudos vêm sendo realizados em todo o país, na sua maior parte por encomenda governamental, tendo em vista os processos de regularização fundiária de tais comunidades.

Uma parte destes "trabalhos por encomenda" está sendo convertida em trabalhos plenamente acadêmicos, que nos permitem extrapolar as abordagens operacionais, para propormos questões mais amplas, em diálogo com os problemas típicos do campo antropológico,

CONT.



historiográfico ou sociológico. Ainda assim, em geral, tais trabalhos guardam a marca distintiva de referirem-se a comunidades negras rurais e, até mesmo, ao problema da configuração e da constituição de comunidades quilombolas.

Disso resulta a formação do que poderíamos sugerir constituir um novo 'campo' de estudos, que ainda busca tanto o justo enquadramento do seu objeto conforme as problemáticas do campo teórico ao qual escolhe afiliar-se, quanto a produção de temas, recortes e objetos teóricos próprios, resultado da distintividade de seus objetos empíricos. Apesar da forma cambiante e relativamente fragmentária por meio da qual este campo de estudos vem se organizando, já é possível – e desejável – propor algumas avaliações preliminares. Assumindo uma perspectiva francamente impressionista, oferecida aqui com o objetivo de promover o debate, é possível apontar três características ou particularidades desse campo novo.

Ele tem mobilizado, em sua maior parte, pesquisadores periféricos ou em início de carreira: isso ocorre em função desta espécie de lei geral do fluxo de capitais acadêmicos, que torna menos provável que um investidor consolidado em seu campo de investimentos reverta seus capitais para uma área nova, pouco consolidada, como pouca legitimidade no campo acadêmico em geral e de retorno incerto, isto é, um investimento de risco.

Este campo de estudos ainda está profundamente marcado pelos constrangimentos impostos pelas demandas oficiais que lhe deram origem: ainda que sejam revertidos em trabalhos plenamente acadêmicos, a sua proximidade temporal e interpretativa com as ações (políticas, administrativas e jurídicas, quase sempre ainda em aberto e em torno das quais se mantém a luta por classificações e interpretações) vividas pelas comunidades a que se referem implica uma condicionante do arco interpretativo a princípio disponível. Esse efeito imediatamente prático do trabalho acadêmico impede, por exemplo, que uma revisão rigorosa dos laudos produzidos sobre um determinado estado ou região possa ser encarado com a mesma abertura crítica que se espera de outras revisões bibliográficas.

Finalmente, uma terceira característica deste novo campo é o modo e a velocidade pelos quais ele vem se institucionalizando. Para compreender esta terceira característica, porém, é preciso fazer um breve parêntesis sobre o vai-e-vem do processo de institucionalização da "questão" quilombola enquanto matéria de política de reconhecimento e de políticas públicas no interior do Estado brasileiro. Esta vai-e-vem normativo, produto de uma ambiguidade ideológica fundamental da sociedade brasileira diante do tema da diversidade, e produtor de uma insegurança jurídica dramática para as comunidades quilombolas pode ser resumido em três ou quatro etapas.

Entre 1995 e 2001, o artigo 68 (ADCT-CF88) estaria, de um lado, submetido a uma série de debates sobre sua auto-aplicabilidade e sobre os termos a partir dos quais ele deveria ser regulamentado, enquanto, de outro lado, alguns institutos de terras estaduais (em especial os do Pará, Maranhão e São Paulo) produziram as primeiras ações sistemáticas de identificação e titulação de comunidades quilombolas situadas em áreas devolutas – portanto, dos seus respectivos estados.

Em 2001, porém, tal dinâmica seria interrompida com a publicação do Decreto 3912/01, que
CONT.



estabelecia regras nacionais para o reconhecimento dessas comunidades, tornando-o matéria exclusiva da Fundação Cultural Palmares e criando novos critérios para o reconhecimento dessas comunidades, que de fato inviabilizaram novos reconhecimentos. Além disso, a Casa Civil da Presidência da República publicou, simultaneamente ao decreto, uma interpretação sobre ele que ameaçava com ações de improbidade administrativa os institutos de terras que dessem continuidade aos seus trabalhos neste campo.

As ações de reconhecimento seriam retomadas logo depois da sucessão presidencial de 2003, com a publicação do Decreto 4887/03, que anulava o de 2001 e estabelecia novas regras para o reconhecimento das comunidades quilombolas, incorporando em grande medida os debates que vinham sendo travados pela sociedade civil sobre o tema. Para que este decreto começasse a produzir efeitos, porém, era necessário traduzi-lo em um novo conjunto de normativas internas ao Incra, órgão que passava a ser o responsável pela identificação, delimitação e titulação dos territórios quilombolas. Isso deu lugar a uma longa disputa por definições, materializada na publicação de sucessivas Instruções Normativas, que só chegariam a um texto relativamente estável, ainda que desfavorável à ampliação e celeridade dos processos de reconhecimento, em 2006.

Feito tal parêntese, é possível retomar a terceira característica do campo de estudos em formação sobre comunidades quilombolas, relativa ao modo e à velocidade pelos quais ele vem se institucionalizando.

No primeiro momento a que fizemos referência (1995-2001), essa nova etapa na produção de trabalhos sobre comunidades negras rurais ou quilombolas foi marcado por um ritmo variável e incerto. Com exceção dos Núcleos e Laboratórios que já trabalhavam sobre temas afins e, por isso, já tinham uma agenda que incluía pesquisas sobre essas comunidades (em especial o NUER/UFSC e o NAEA/UFGA), a produção tendeu a acompanhar o ritmo pelo qual a Fundação Cultural Palmares ou os Institutos de Terras estaduais responderam às demandas do movimento quilombola, cuja força de articulação sempre foi muito desigual entre as diferentes regiões do país. Enquanto a FCP contratava laudos para comunidades selecionadas de uma lista nacional mais evidente, os institutos de terra de São Paulo, Pará e Maranhão assumiam destaque na produção de repertórios localizados de estudos, em associação com universidades federais (UFGA), com organizações da sociedade civil (Projeto Vida de Negro/MA) ou por contratação ad hoc (SP).

Assim, o que observamos é a política de reconhecimento das comunidades quilombolas impactando tanto sobre a direção e o sentido dado aos trabalhos desenvolvidos em grupos de pesquisa sobre a temática do "negro" já existentes quando promovendo pesquisas novas, que engajarão pesquisadores de diferentes instituições universitárias, de organizações da sociedade civil e mesmo de grupos de pesquisa já constituídos, mas cujo foco não eram as comunidades negras. É esta relação que sofre uma interrupção no período 2001-2003. Ainda que curta do ponto de vista do tempo da produção acadêmica, penso que ela tenha operado como um freio aos processos de institucionalização das pesquisas novas promovidas pelas demandas oficiais.

O decreto de 2003 teria também, assim, o seu efeito sobre o próprio campo acadêmico, ao permitir a retomada da encomenda oficial de pesquisas destinadas ao reconhecimento desses

CONT.



grupos, dando origem, desta forma, a pesquisas e debates que seriam apropriados na elaboração de trabalhos propriamente acadêmicos, isto é, sob a forma de dissertações, teses e artigos científicos. Como foi dito logo acima, tal retomada só se efetivaria depois de 2006, em função das disputas em torno da edição das Instruções Normativas internas ao Incra. Mas, superada esta etapa, o órgão daria início à produção dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios das comunidades quilombolas, nos quais o chamado Relatório Antropológico tem um lugar central.

Assim, a produção de pesquisas antropológicas de caráter monográfico e pautadas por um rol estrito de questões empíricas a serem observadas ganha extensão efetivamente nacional, ainda que as listas de prioridades na produção desses estudos continuem sendo definidas, em geral, por critérios estabelecidos pelas Superintendências estaduais do Incra em resposta à capacidade de pressão dos movimentos quilombolas locais. Como o caminho que se apresentou, de forma aparentemente lógica, para dar conta dessas demandas por relatórios antropológicos foi firmar convênios com as universidades, o avanço na promoção da política de reconhecimento resultou no esboço de diversos grupos de pesquisa em universidades de quase todo o país.

No parágrafo acima eu enfatizei o caráter apenas aparentemente lógico da escolha feita pelo Incra em promover convênios com as universidades por ao menos três razões. Em primeiro lugar porque tal lógica não é abstrata, mas marcada pelo precedente dos estudos antropológicos realizados pela Funai, destinados à demarcação de Terras Indígenas, de onde porém, a experiência não é transposta de modo exato, estando assim submetida a questionamentos sobre os quais falaremos adiante. Em segundo lugar, porque parte dos estudos realizados anteriormente haviam sido realizados por organizações da sociedade civil, em geral aquelas ligadas à defesa ou promoção dos direitos humanos ou à assessoria dos movimentos sociais – algumas vezes, em função da falta de espaço nas universidades para os trabalhos de extensão, a escolha dos pesquisadores nas universidades foi determinada justamente pela participação destes em tais organizações. Finalmente, porque as novas exigências impostas ao órgão fazem com que – novamente repetindo a Funai – o Incra passe a contratar antropólogos especificamente para lidar com o tema dos quilombos, mas cuja função específica oscila entre a produção dos relatórios exigidos ou a coordenação dos RTID, o que inclui não a produção, mas a supervisão dos relatórios antropológicos. Tema delicado por estar repleto de detalhes e consequências para o tema que nos ocupa aqui – do impacto das políticas de reconhecimento sobre o campo acadêmico – e que justamente por isso ultrapassa os limites destas notas.

Independentemente dessas questões, a demanda oficial canalizada para as universidades acabou promovendo o surgimento de um número expressivo de trabalhos monográficos de pequeno porte e marcados por uma série de restrições (principalmente de tempo, objetivos e linguagem) sobre comunidades negras por todo o país. Rapidamente comparável ao volume disponível para outros campos de estudos mais antigos e estruturados, esta produção impulsionou a constituição de grupos de pesquisa em diversas dessas universidades, como um modo característico dos acadêmicos responderem ao desafio posto. De fato, para realizar um grande volume de relatórios sobre um tema novo, ao qual faltava apoio bibliográfico extenso, tradição interpretativa ou metodológica estabelecida, assim como autores consagrados, exigia

CONT.



um esforço que tem mais chances de ser bem respondido por meio do trabalho coletivo e da promoção do diálogo horizontalizado. Em um efeito em cascata, surgem também os Grupos de Trabalho nas reuniões científicas especificamente vinculados ao tema, as primeiras publicações coletivas, e de teses e dissertações que ampliam o repertório de referências em torno do tema específico das comunidades quilombolas.

Mas é preciso cuidado para não exagerar. Apesar do círculo virtuoso assim formado, a velocidade pela qual se deu este processo ainda não permitiu a constituição de 'campo' de estudos quilombolas como pode ser identificado para o caso de áreas mais antigas, como da etnologia indígena ou do campesinato e mundo rural. Ainda falta o tempo necessário à maturação dos debates abertos, das leituras recíprocas proporcionadas pelos encontros disponíveis em nosso calendário acadêmico. Nem mesmo há consenso que seja pertinente centrar a formação de uma área de pesquisa centrada neste novo sujeito social, ainda tão questionado nos campos político e jurídico – questionamentos que, como se vê, também impactam o campo acadêmico.

Apesar dessas fragilidades, recentemente a luta política em torno dos direitos quilombolas – mais uma vez travestida de questão técnica – retomou o movimento de vai-e-vem a que nos referimos, agora novamente em um sentido negativo, de recuo nos ganhos alcançados. A relação estabelecida entre as demandas oficiais por relatórios antropológicos e a constituição de grupos de estudo e pesquisa no interior das universidades foi interrompida pela adoção, a partir de 2011, do chamado Pregão Eletrônico, como ferramenta de contratação dos relatórios antropológicos e produção dos RTID. Perto do fim do período dos dez anos do decreto 4887/03, uma nova reviravolta na normatização do reconhecimento das comunidades quilombolas não apenas tem efeito sobre a organização desse campo de estudos em formação, como está dirigida especificamente para a ele.

Fonte: José Maurício Arruti

Moradores de Padre Bernardo não têm acesso a escola nem a posto de saúde
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 02.12.2013

Moradores da comunidade de Sumidoro, que fica a 12km de Padre Bernardo (GO), não dispõem de escola nem de posto de saúde. Com o reconhecimento pela Fundação Palmares, essa realidade pode mudar



Joana Duarte Pereira, com a família, em frente à casa simples localizada na comunidade Sumidoro:
"Era muito difícil chegar à escola. Por isso, abandonei. Sofro com isso, mas não tive saída"

A comunidade Sumidoro, localizada a 12km do município goiano de Padre Bernardo, pertence agora a uma lista na qual estão presentes 1,7 mil povoados, todos com a certificação da Fundação Cultural Palmares. Para serem reconhecidos, os grupos de remanescentes de quilombo são submetidos a uma estudo detalhado. De acordo com o órgão, o primeiro passo está no fato de os próprios integrantes da colônia se autodeclararem descendentes de escravos.

As avaliações passam por dados históricos do local que comprovem o indício da existência da comunidade formada por quilombos. O processo obedece a uma portaria do Ministério da Cultura (Minc). Conforme mostrou o Correio na edição de ontem, a partir da certidão, o povoado terá acesso a melhorias e a projetos do governo, como o Minha Casa, Minha Vida, além de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo o diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, Alexandro Reis, a comunidade ganhará visibilidade com a titulação. Além

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

disso, Padre Bernardo receberá 50% a mais em recursos ligados à saúde e à educação. "Esse dinheiro será destinado a programas de saúde para a família. É o mesmo procedimento junto do MEC (Ministério da Educação) para transporte escolar, merenda, professores, escolas. Haverá ainda atenção diferenciada para o povoado com um programa de diretrizes curriculares tendo em vista a história, a cultura e a identidade quilombola", detalhou Reis.



Com 6 dos 15 votos do TRF4 a favor do Decreto de territórios quilombolas, julgamento é suspenso até dezembro

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 02.12.2013

Até agora, oito dos 15 desembargadores pronunciaram voto, configurando resultado parcial de 6X2 pela constitucionalidade do Decreto.

Por volta das 18h30 desta quinta-feira (28), desembargadores do Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, suspenderam a sessão de julgamento da constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas dos territórios quilombolas. O julgamento terá continuidades no dia 19 de dezembro, quando deve sair a decisão final sobre o tema.

Até agora, oito dos 15 desembargadores pronunciaram voto, configurando resultado parcial de 6X2 pela constitucionalidade do Decreto. O quadro é favorável à continuidade da atual política de política de titulação dos territórios quilombolas no Brasil, e em especial ao processo de titulação da comunidade Paiol de Telha, localizada no município de Reserva do Iguaçu, região Centro do Paraná.

A ação em julgamento foi movida pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, que questiona o processo administrativo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Paraná – INCRA para a titulação da terra da comunidade quilombola Paiol de Telha.

O coordenador e assessor jurídico da Terra de Direitos, Fernando Prioste, fez a defesa da comunidade Paiol de Telha no julgamento. Cerca de 120 integrantes da comunidade acompanharam a sessão no TRF4, em Porto Alegre. A comunidade integra a Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná – Fecoqui/PR, que compõe a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ. Organizações quilombolas do Rio Grande Sul também acompanharão o julgamento.

Direito ao território quilomba em cheque

A Cooperativa Agrária Agroindustrial utiliza como argumento contra a titulação das terras quilombolas a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, ajuizada pelo DEM em 2004, contra o Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas. A ADI teve o primeiro julgamento no Supremo Tribunal Federal-STF em 2012, quando o Ministro Relator Cesar Peluso votou pela inconstitucionalidade. Outros dez ministros do Supremo Tribunal Federal ainda deverão votar, por isso não é possível afirmar a posição do STF acerca do tema.

Neste contexto de tramitação da ADI, o julgamento do caso Paiol de Telha ganha uma dimensão nacional. Ao julgar este caso, desembargadores federais do TRF4 consolidarão uma posição acerca do tema, o que resultará em influência direta nas 144 comunidades quilombolas

CONT.



da região Sul e também na decisão de Tribunais de outras regiões do país. Caso a decisão seja favorável às famílias, poderá significar avanço no processo histórico de afirmação e conquista de direitos humanos dos povos tradicionais quilombolas, além de influenciar positivamente o julgamento da ADI 3239.

Constituição Federal

A titulação das terras quilombolas está prevista na Constituição Federal de 1988, no art. 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Para o coordenador da Terra de Direitos e assessor jurídico popular do caso, Fernando Prioste, apesar de previsto há 25 anos, o direito constitucional de acesso à terra para as comunidades quilombolas não é aplicado na prática.

Na avaliação de Prioste, apenas uma decisão que confirme a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03 é capaz de dar concretude real à Constituição. “Declarar inconstitucional o decreto mostrará à sociedade que determinados direitos constitucionalmente assegurados não se aplicarão por conveniência de uma parcela pequena da população, contrária aos direitos das comunidades quilombolas”. Para o advogado, o julgamento coloca em jogo a “força da Constituição Federal”.

Fonte: Terra de Direitos



Competição por vagas na faculdade é duas vezes maior para negros

SÍTIO BOL, 02.12.2013

Em São Paulo

Entre os beneficiados pela Lei de Cotas, a competição por vagas é maior entre os que mais precisam: alunos pretos, pardos e indígenas (PPI) de escola pública e que têm renda baixa. Um estudo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) mostra que, apesar dos avanços, os cortes de renda fixados pela lei fazem com que a disputa por cadeiras para pretos, pardos e indígenas com menor renda - abaixo de 1,5 salário mínimo per capita - seja duas vezes mais acirrada do que para brancos pobres.

O motivo é que a Lei 12.177/12 divide os alunos de escola pública igualmente em dois grupos pelo recorte de renda. A diferença de competitividade - medida no estudo com base no número de jovens entre 15 e 17 anos em cada Estado, de acordo com o Censo 2010, que são potenciais candidatos nos vestibulares - é causada pela combinação dos dois critérios: renda e origem na escola pública, que na maioria dos casos também serve como filtro de classe social.

Como alunos com renda mais baixa são maioria entre os matriculados na rede pública, esse grupo conta com menos vagas disponíveis, proporcionalmente, pela divisão proposta. "Quando as famílias têm um pouco mais de dinheiro, logo colocam o filho em um colégio particular", explica o coordenador do trabalho e professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), João Feres Júnior.

O patamar de 1,5 salário mínimo per capita é um dos questionamentos sobre a Lei de Cotas. "É um número mágico. O valor tem pesos diferentes em cada um dos Estados", pondera Feres Júnior. O estudo, porém, aponta que a eliminação do corte de renda poderia aumentar as distorções. Segundo ele, uma das saídas para reduzir as diferenças é adotar critérios que considerem médias salariais de cada região. "É natural que a lei não atenda a todas as demandas do mesmo modo", completa.

A Assessoria de Imprensa do Ministério da Educação (MEC) afirma, em nota, que o patamar de 1,5 salário mínimo per capita é o mesmo usado no Programa Universidade para Todos (ProUni), "política afirmativa consolidada e referendada pelo próprio Supremo Tribunal Federal em sua constitucionalidade", que dá bolsas a alunos de escolas públicas em faculdades privadas. Segundo o ministério, os detalhes da lei foram amplamente discutidos no Congresso e ainda não são previstas alterações.

Desequilíbrios

Os variados números de pretos, pardos e indígenas existentes em cada Estado do Brasil também provoca discrepâncias.

É cerca de cinco vezes mais difícil para um negro do Maranhão, estudante da rede pública e de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

menor renda, conseguir vaga na universidade federal de seu Estado do que para um negro de Santa Catarina nas mesmas condições, por exemplo.

No topo dessa lista de competitividade estão outros representantes das regiões Norte e Nordeste, como Bahia, Pará, Amazonas, Acre e Roraima. Pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no entanto, os candidatos podem tentar carreiras em qualquer universidade do País que esteja cadastrada.

Segundo o estudo, os dados revelam que "o padrão de desigualdades regionais característico do Brasil não é inteiramente revertido pela política".

As informações são do jornal "O Estado de S. Paulo".



Terras indígenas - Novas regras preveem mecanismo para mediar conflitos
SÍTIO GVCES, 02.12.2013

Especial Infraestrutura

Entre as novas regras para demarcação de terras indígenas que estão sendo preparadas pelo Ministério da Justiça, a principal é a tentativa de mediar eventuais conflitos durante o processo. Hoje, esse mecanismo não existe e as iniciativas são travadas por processos judiciais que aparecem no final e emperram as demarcações por até mais de 20 anos.

Nos últimos dias, o ministério apresentou minuta de portaria a lideranças indígenas e de agricultores. O Valor teve acesso ao documento de dez páginas, que será agora discutido, sem data definida para chegar a uma versão final.

"A ideia foi criar um mecanismo para pacificar e agilizar o processo de demarcação", diz Marivaldo Pereira, secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. "Estamos buscando a pacificação dos conflitos com aumento da transparência do processo", diz Pereira.

Segundo a proposta do ministério, ao se identificar um conflito, a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) pediria ao ministério a criação de uma espécie de mesa de mediação. Depois de determinado prazo, a Câmara de Conciliação e Mediação de Conflitos devolveria o processo à Funai, com os resultados obtidos.

O procedimento administrativo de identificação e delimitação de terras indígenas continua sendo atribuição da Funai. O processo parte da criação de um grupo técnico, que terá um antropólogo com conhecimento sobre o grupo indígena envolvido, um técnico da área ambiental, um cartógrafo, alguém da área fundiária ou agrônômica e um procurador federal indicado pela Advocacia-Geral da União.

A novidade é que o trabalho do grupo técnico pode ter também representantes dos Estados e municípios, da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Direitos Humanos, além de gente dos ministérios da Agricultura, Cidades, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Minas e Energia, Planejamento e Transportes e da comunidade indígena envolvida. "O grupo técnico mantém a estrutura prévia, mas com a possibilidade de receber contribuições de outros órgãos interessados", diz Pereira. "Quem tiver informações pode trazê-las".

"Essa portaria joga o conflito para dentro do processo de identificação da terra indígena. Torna o processo tão complicado, com tantas possibilidades de não ir adiante, com tantas análises contraditórias, que o provável é que nenhuma terra indígena mais venha a ser criada", diz Raul Silva Telles do Valle, coordenador de políticas do Instituto Socioambiental (ISA). "É uma burocracia para não reconhecer o direito e não para viabilizar o direito que deveria reconhecer."

CONT.



"A portaria multiplica os ritos burocráticos e formaliza a intervenção de quaisquer interesses eventualmente contrariados desde a etapa inicial do processo", aponta Márcio Santilli, sócio-fundador e assessor do ISA. Segundo Santilli, a minuta estabelece que poderão participar das atividades do grupo técnico até 20 integrantes. "a maioria com interesses contraditórios em relação ao objeto do trabalho."

A maior crítica de Santilli, que já foi presidente da Funai, é em relação à ideia de se resolver o conflito dentro do grupo de trabalho. "O ponto é que a responsabilidade de mediação política é do governo e, no caso, principalmente do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a sua transferência para um grupo técnico, ou para a figura de um antropólogo, é uma completa aberração", escreveu em análise no site do ISA.

Para Santilli, a nova portaria multiplica as dificuldades atuais, "acrescentando responsabilidades de mediação de interesses contrariados que são estranhas à formação técnica dos profissionais requeridos e implicam aumento exponencial de riscos pessoais, profissionais e políticos."

Pereira, do Ministério da Justiça, rebate as críticas. "Na verdade, a burocratização existe hoje. Tudo acaba no Judiciário e os processos demoram muito justamente em função da judicialização", diz ele. "Esse procedimento, embora preveja um ponto a mais, ganhará muito mais tempo no final", afirma.



Portaria pode paralisar definitivamente a identificação de Terras Indígenas
SÍTIO MST.ORG, 02.12.2013

Por Márcio Santilli
Do Instituto Socioambiental

Nesta semana, o Ministério de Justiça (MJ) fez circular entre os membros da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) uma minuta de portaria ministerial que acrescenta vários procedimentos administrativos ao processo de demarcação das terras indígenas, já regulado pelo decreto 1.775/96, ainda em vigor. A portaria, que deve ser publicada nos próximos dias, multiplica os ritos burocráticos e formaliza a intervenção de quaisquer interesses eventualmente contrariados desde a etapa inicial do processo, a de identificação das áreas de ocupação tradicional.

Essa fase inicial implica a constituição de grupo de trabalho, coordenado por um antropólogo com formação acadêmica reconhecida e integrado por outros técnicos – cartógrafo, biólogo, indigenista, agrônomo, conforme o caso – que identifica as referências de ocupação tradicional indígena, características ambientais e situação fundiária, além de formular uma proposta de limites a ser submetida às instâncias de decisão política – o MJ e a Presidência da República – para posterior demarcação física, homologação e registro cartorial. Esse grupo, de caráter eminentemente técnico, pode e deve produzir informações sobre interesses não indígenas incidentes na área em estudo, mas não lhe compete – e nem ele dispõe de legitimidade, poder administrativo ou proteção física – para rechaçar ou pactuar com terceiros interessados.

Segundo a minuta, o grupo “técnico” seguiria sendo coordenado por antropólogo, mas constituído agora por outros quatro membros, sendo um deles procurador federal da Advocacia-Geral da União (AGU) e os demais com formação em cartografia, topografia e meio ambiente. A proposta diz, ainda, que os integrantes do grupo devem ser prioritariamente funcionários públicos, podendo ser contratados em caráter privado sob condições. A especificação da formação técnica de cada um dos técnicos e, especialmente, a obrigatoriedade de inserção da AGU dificultarão ainda mais a criação e funcionamento de novos grupos de trabalho, que passarão a depender da duvidosa disponibilidade desses membros.

Ainda segundo a minuta, poderão participar das atividades do grupo representantes da comunidade indígena local, mas também dos municípios, dos estados e de nove ministérios, que deverão ser notificados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para indicar seus representantes em prazo determinado e cuja participação deve ser formalizada por portaria. Em suma, poderão participar do grupo até 20 integrantes, a maioria com interesses contraditórios em relação ao objeto do trabalho.

O que hoje ocorre é que a Funai encontra dificuldade crescente para recrutar até mesmo antropólogos para coordenar novos grupos de trabalho, pois é exíguo o número de profissionais do seu quadro e não tem sido possível contratar antropólogos vinculados às

CONT.



universidades ou a outros órgãos públicos, por caracterizar dupla remuneração. Não raro se vê antropólogos coordenando grupos de trabalho em caráter voluntário, sem remuneração (com direito apenas ao pagamento de despesas), e que, por isso mesmo, prestam serviço em períodos de férias ou quando têm disponibilidade, não podendo ser submetidos a prazos específicos para a entrega de relatórios e de outros produtos.

Nessas condições, tem sido cada vez mais difícil recrutar coordenadores e outros integrantes para os grupos de trabalho, assim como alocar, em cada caso, os antropólogos mais qualificados ou que tenham experiência, relações e informações acumuladas sobre o povo indígena e a região em questão. A nova portaria não se reporta a nenhuma dessas dificuldades objetivas, mas as multiplica, acrescentando responsabilidades de mediação de interesses contrariados que são estranhas à formação técnica dos profissionais requeridos e implicam em aumento exponencial de riscos pessoais, profissionais e políticos.

Além disso, vários dos procedimentos adicionais propostos na minuta implicariam em custos e despesas adicionais, mas o texto não provê solução para isso. Pelo contrário, explicita que a constituição de novos grupos de trabalho ficará subordinada “às disponibilidades orçamentárias”, que são exíguas e incertas, mas que certamente deveriam ser reforçadas caso pretenda-se melhorar a qualidade dos trabalhos de identificação de Terras Indígenas. Como o ritmo das identificações já tem sido lento, prolongando conflitos, é lícito supor que as dificuldades técnicas, burocráticas, políticas e orçamentárias que seriam acrescidas pela portaria poderão paralisar de vez esse processo.

Responsabilidade política

O ponto é que a responsabilidade de mediação política é do governo e, no caso, principalmente do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a sua transferência para um grupo técnico, ou para a figura de um antropólogo, é uma completa aberração. Cardozo já tem suas gavetas abarrotadas de processos de demarcação, que aguardam decisão, por vezes, há anos. Tem sido incompetente para equacionar o pagamento de indenizações e para conduzir as negociações junto a proprietários rurais e ao governo do Mato Grosso do Sul, principal foco atual de conflitos envolvendo a demarcação de Terras Indígenas e chegou a ordenar a invasão de aldeias de índios Munduruku, no Pará, pela Força Nacional de Segurança, que matou um índio e feriu outros.

A edição da portaria aventada, ao final da sua gestão, seria uma consagração negativa definitiva. Se quisesse, o ministro poderia mirar-se no exemplo do seu colega, Pepe Vargas, ministro do Desenvolvimento Agrário, que editou uma portaria no início do ano, exigindo providências adicionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a instrução dos processos de desapropriação para a reforma agrária, mas teve que revogá-la no mês passado para não terminar o ano com nenhuma desapropriação, recorde histórico insuperável. Cardozo, que já vem nessa rota há três anos, ameaça concluir a era de omissões que protagonizou, deixando, como herança, um tiro no pé do próprio sucessor.



Ministério debate portaria para solução dos conflitos indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02.12.2013

Com medida, Funai terá poderes para ajudar na resolução de entraves envolvendo demarcação de terras

O Ministério da Justiça recebe contribuições de entidades indígenas, órgãos governamentais e associações de agricultores sobre a minuta de portaria para solução dos conflitos no processo de demarcação de terras indígenas. A medida dará poderes à Fundação Nacional do Índio (Funai) para provocar a mediação de conflitos envolvendo a demarcação de terras pelo Ministério da Justiça.

A nova regulamentação permitirá a participação de órgãos interessados e aumentará a transparência no processo demarcatório. A expectativa do Ministério da Justiça é que o novo procedimento reduza a judicialização e, com isso, agilize a demarcação de terras indígenas em todo o país.

Confira a íntegra da portaria

(<http://www.justica.gov.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C9181D24295222E0142A62AD1704A93>)

Defensores dos índios temem atraso em demarcações

SÍTIO CONGRESSO EM FOCO, 02.12.2013

Proposta do Ministério da Justiça que retira poderes da Funai é criticada por bancada e ONG que defendem indígenas e apoiada pela bancada ruralista no Congresso



Ministério da Justiça vai discutir mudança em demarcação de terras com lideranças indígenas esta semana

A proposta de tirar poderes da Fundação Nacional do Índio (Funai) nas demarcações de terras é vista com reservas pelos defensores dos povos indígenas. A bancada que defende os índios no Congresso teme que o processo de criação de áreas fique muito lento e cause mais problemas, enquanto o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) defende a derrubada completa do texto, produzido pelo Ministério da Justiça para compor um acordo com o agronegócio e garantir a execução de grandes obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Já os ruralistas veem a medida como positiva.

Antes, a Funai comandava o processo sozinha, sem possibilidade de recursos. De acordo com minuta da portaria, revelada na sexta-feira (29) pelo Congresso em Foco, o órgão,

subordinado ao Ministério da Justiça, terá de seguir critérios e responder a questionamentos feitos por prefeituras, governos estaduais, comunidades tradicionais e órgãos federais ligados às áreas do agronegócio, de energia, transporte e meio ambiente. Esses órgãos vão acompanhar de perto o trabalho da Funai nos estudos pela delimitação das terras e poderão, em ao menos três ocasiões, apresentar recursos contra a demarcação. A decisão do ministro da Justiça poderá ser antecedida de audiências públicas e câmaras mediação de conflitos entre índios e setores atingidos – agricultores, quilombolas, ribeirinhos e grandes empreiteiras.

Para o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, deputado Padre Ton (PT-RO), o lado positivo da proposta do governo é a possibilidade de mediação de conflitos. O risco, segundo ele, está na demora do processo, que será mais lento, com muitas possibilidades de recurso.

Segundo o secretário-executivo do Cimi, Céber Busatto, há um grande número de subterfúgios e possibilidades de recursos feitos por órgãos com "interesses diametralmente opostos" aos dos índios. Ele afirma que o novo procedimento vai municiar "os inimigos dos índios" a produzirem peças e provas em processos judiciais.

CONT.



A bancada ruralista gostou do texto. O presidente da Comissão da Amazônia da Câmara, deputado Jerônimo Göergen (PP-RS) considerou-o "positivo". "É um passo adiante: o ano termina melhor do que começou", disse ele. Apresentado à portaria pela reportagem, o coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária, Valdir Colato (PMDB-SC), disse que o texto atende aos pedidos feitos pelo setor do agronegócio ao Ministério da Justiça.

Presente para agricultores

Para o Cimi, a sugestão do governo é "absurda". "É um presente do governo para a bancada ruralista", acusa Busatto. Ele entende que o governo Dilma aproveita os pleitos do agronegócio para garantir a execução de grandes obras do PAC, como usinas e estradas, sem a interferência dos povos indígenas.

A minuta também é uma tentativa de reduzir o embate entre ruralistas, índios e governo. Os parlamentares que representam o agronegócio têm maioria no Congresso e ameaçavam aprovar a PEC 215, que repassa a deputados e senadores toda a responsabilidade na criação de terras indígenas. Para frear a medida, o governo Dilma oferece, desde o primeiro semestre, a promessa de ampliar o debate sobre a criação de cada terra, antes restrito à Funai.

Busatto defende a derruba total da portaria. Já os integrantes da bancada ruralista e os defensores dos índios devem fazer contribuições ao texto e tentar emplacá-las em uma nova negociação com o governo. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), ainda avalia a minuta. A assessoria do Ministério da Justiça informou que a pasta vai discutir a minuta em reuniões com as comunidades indígenas nesta semana.



As diferenças entre o cristianismo e os deuses indígenas

SÍTIO JORNAL GGN, 18.11.2013

Por Antonio J. Pontes

Comentário ao post "Tupã, Jaci e Guaraci também pedem reconhecimento"

Triste História.

O deus dos cristãos aportou cá, há 500 anos, desbancando uma mitologia reinante tão legal.

Esse deus judaico/cristão veio distribuindo folhetos fazendo marketing de alguns assuntos esquizofrênicos, como por exemplo: vendendo a ideia do tal "pecado capital", o surgimento do sofrimento humano e a morte decorrentes, o filho "salvador dos pecados", que na verdade era esse mesmo deus que precisou inseminar a própria mãe para nascer. Foi citado no panfleto a lorota da serpente falante (que conseguiu ser mais esperta do que o próprio criador dela, mas não digam isso para esse deus, ele é explosivo, poderá enviar outro dilúvio).

Essa mitologia estrangeira trouxe junto o ranço da misoginia peculiar ao colocar a culpa desse desastre criacionista na mulher, ela culpada por ser "originária" do sofrimento humano.

Também é esquisita ao mostrar uma outra face desse deus, a face "boazinha". Depois de tudo que aprontou, resolveu definitivamente nos perdoar, depois de tamanha ineficiência na produção do universo e do homem, enviando-se como filho dele para sofrer por três dias e depois assumir o posto de comandante do universo. Que moral estranha é essa? Ele sabia que ia reviver e "voltar" como todo-poderoso, assim qualquer um de nós faria a mesma coisa.

Na Criação, seguiu um manual em que dizia na capa "Estúpido Design". Ele não deveria estar bem naquele dia.

Vejam só, perdoou-nos por ele ter falhado.

Enfim, chegou, mostrou arrogância e ganhou a batalha mitológica nesse mundo nosso de cá. Piorou a sociedade, e está aí o reflexo.

Somos agora uma cultura temente a um deus esquizofrênico e misógino, que praticou incesto inseminando uma menina virgem casada (a própria mãe), apoiou a escravidão e a chacina de índios nas Américas (para esse deus, índios não tinham alma).

Eis o exemplo de uma mitologia rancenta e cheia de psicopatias, típica daquele povo que inventou esse deus.

A nossa mitologia indígena é muito mais humana e linda.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

Não criou o pecado, não colocou a culpa na mulher de nada, não precisou inventar um motivo para o sofrimento. Não tem histórias de filhas transando com o próprio pai bêbado, a família que o próprio Deus quis salvar (imagine como eram as outras).

A nossa mitologia não precisou pirar. Nada.

Inclusive uma deusa ajudou o processo de criação, que maravilhoso.

E isso fez com que os índios fossem muito mais saudáveis emocionalmente. Não havia conflitos espirituais, não havia medo, não havia misoginia na mitologia indígena, isso até chegar o mito do deus maluco do além-mar.

Enquanto isso, os crentes daquela misoginia cristã/judaica "se acham", tal como o deus deles.

Sim, "ganhamos a salvação", palmas para esse deus. Só tem um probleminha, a história ainda não acabou. Ele mesmo disse, antes de morrer, que se não o seguirmos iremos para o inferno, criado especialmente para quem não seguir o egão carente de amor. Mas não nos salvou definitivamente? Então o sofrimento foi em vão? É um deus pirado ou não é?

Renunciem a esse deus maluco antes que seja tarde e voltemos às nossas origens: Tupã e Jaci são muito mais legais.



Secretaria de Governo, vai abrigar conselhos, Defesa Civil e políticas públicas para mulheres e índios

SÍTIO REGIÃO NEWS, 02.12.2013

O titular terá de combinar qualificação técnica e capacidade de interlocução política, sobretudo habilidade para se relacionar com os vereadores.

O projeto da nova estrutura administrativa da Prefeitura de Sidrolândia que começa a tramitar na Câmara nesta segunda-feira traz dentre outras inovações a criação da Secretaria de Governo com tal gama de atribuições que exigirá do futuro titular da pasta um perfil eclético. Terá de combinar qualificação técnica e capacidade de interlocução política, sobretudo habilidade para se relacionar com os vereadores.

Na prática, embora formalmente fosse só um assessor de gabinete, o ex-prefeito Enelvo Felini até setembro exercia essas funções e como tinha a credencial de maior liderança do PSDB em Sidrolândia, ditava os rumos de praticamente toda a máquina administrativa. Deixou o cargo desgastado e sem conseguir reconquistar a maioria para o Governo no Legislativo, onde a oposição tem imposto derrotas à gestão municipal.

O futuro secretário de Governo terá entre suas atribuições a coordenação da política de comunicação e propaganda da gestão; coordenadoria Municipal de Defesa Civil; os setores de Junta Militar e a Junta Administrativa de Recursos e Infrações, além de ser responsável pelas políticas públicas para as mulheres, comunidades indígenas e das pessoas de necessidades especiais.

Uma das inovações da proposta é a vinculação dos órgãos colegiados a Secretaria de Governo, quando normalmente os conselhos ficam ligados às secretarias da sua área de atuação específica. Assim, estarão vinculados a nova Secretaria os conselhos municipais da Assistência Social; de Desenvolvimento Industrial; de Saúde; Meio Ambiente; Polícia Urbana; Investimento e Apoio a Cultura; Conselho Tutelar; de Turismo; de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb; de Assistência Social; da Criança e do Adolescente (erroneamente a proposta fala em Conselho do Menor) e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social.



Índios aproveitam visita de ministras para protestar

SÍTIO PORTAL RONDON, 02.12.2013

As ministras receberam uma carta com as reivindicações dos indígenas.

Um grupo de índios aproveitou a visita das ministras Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente) a Marechal Cândido Rondon, no sábado (30), para fazer um protesto. O grupo de índios, reforçado por alguns estudantes locais, concentrou-se nas proximidades do Clube Concórdia, onde aconteceu o evento envolvendo as ministras.

Portando faixas e cartazes, os manifestantes reivindicaram atenção do Governo Federal para a demarcação de terras indígenas. Equipes do BPFron acompanharam o manifesto, garantindo que ele transcorresse de forma ordeira.

Assim que chegaram ao Clube Concórdia, as ministras receberam representantes dos indígenas. Após uma conversa, eles entregaram um documento formalizando a reivindicação à ministra Gleisi Hoffmann.

Visita

As ministras Gleisi Hoffmann e Izabella Teixeira estiveram no município para dois momentos: a assinatura da ordem de serviço para as obras de adequação da BR 163 no trecho urbano de Marechal Cândido Rondon e para o lançamento estadual do sistema de Cadastro Ambiental Rural.

Índios na encruzilhada
SÍTIO UNESP, 02.12.2013

O governo federal e o poder legislativo querem mudar as regras das demarcações de terras indígenas. Para pesquisadores, as propostas, que visam facilitar a produção agropecuária, a mineração e as grandes obras de infraestrutura, ferem os direitos constitucionais das populações indígenas

Reportagem de André Julião.



SÃO PAULO, SP, 02.10.2013: Índios protestam contra a PEC 215, proposta que muda as regras de demarcação de terras indígenas, no Monumento das Bandeiras, na região do Parque do Ibirapuera em São Paulo (SP) (Foto: Tiago Mazza/Futura Press/Folhapress)

O MONUMENTO ÀS BANDEIRAS, a escultura de Victor Brecheret que exalta a jornada de desbravamento do Brasil empreendida pelos bandeirantes e é um dos principais símbolos do Estado de São Paulo, transformou-se, em outubro passado, em palco de protestos. Durante a madrugada do dia 2, um grupo de pichadores escalou a estátua e escreveu as frases "bandeirantes assassinos" e "PEC 215 não". Durante o dia seguinte, a administração municipal lavou a estátua e removeu as frases. Mas a paz durou pouco. De noite, cerca de quinhentas pessoas, entre índios e simpatizantes do movimento indígena, cercaram o monumento, despejaram tinta vermelha sobre ele e novamente escreveram os dizeres "bandeirantes assassinos".

CONT.



Brasília e Rio também sediaram atos semelhantes na mesma semana, como parte de uma mobilização nacional em repúdio a possíveis mudanças nas leis que regulam a criação de terras indígenas (antigamente chamadas reservas). As mudanças, que são vistas pelo movimento indigenista como um retrocesso, incluem várias propostas que estão sendo debatidas nos poderes executivo e legislativo. Entre as mais polêmicas estão a Proposta de Emenda à Constituição 215 e o Projeto de Lei Complementar 227 (veja as outras proposições na página 22).

A PEC 215 passaria do poder executivo para o Congresso a competência da aprovação das demarcações das terras indígenas e até mesmo a ratificação das demarcações já homologadas. Na prática, deputados e senadores teriam o poder não só de rever, como o de cancelar demarcações antigas ou já finalizadas. Já o PLC 227 visa regulamentar o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, definindo como de interesse público praticamente tudo, de propriedades rurais, assentamentos, cidades e estradas até empreendimentos econômicos e atividade de mineração. Portanto, tornando legal esse tipo de ocupação em terras indígenas.

Para o antropólogo Paulo Santilli, que é professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp em Araraquara, os direitos indígenas estão sendo alvo de um grupo de parlamentares que vem ganhando poder no Congresso. "No fim do semestre passado houve a revisão do Código Florestal, em que uma articulação entre ruralistas, evangélicos e outros setores impôs ao governo uma derrota. Isso animou os membros dessa articulação a atacar outras políticas governamentais. Agora a bola da vez é a legislação indigenista", acredita Santilli, que trabalhou na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (veja reportagem de capa da edição de março de 2013).

O fortalecimento desses setores do Congresso acontece, não por acaso, num momento em que o agronegócio ganha cada vez mais importância na balança comercial do país. A produção do campo e das indústrias ligadas a ele responde por 20% do Produto Interno Bruto e por mais de 30% dos empregos. As estimativas são de que metade do crescimento econômico do Brasil este ano venha do setor. Além disso, faltando um ano para as próximas eleições, os candidatos querem contar com o apoio dos empresários do campo, que são conhecidos por agirem tanto como cabos eleitorais quanto como financiadores de campanha. Só o frigorífico JBS, por exemplo, doou mais de R\$ 60 milhões a vários políticos em 2010.

Divisão desigual

Mas o impacto desta combinação de forças políticas já se faz sentir. Todo o processo de regularização de terras indígenas no governo Dilma estagnou. Enquanto seus antecessores Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva homologaram, respectivamente, 145 e 84 novas áreas, o total, na atual gestão, não ultrapassou uma dezena. No Paraná, todas as demandas estão paralisadas por orientação da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, pré-candidata ao governo do Estado.

O local onde as tensões estão mais afloradas é o Mato Grosso do Sul. Em maio, um índio terena morreu durante uma reintegração de posse coordenada pela Polícia Federal na Fazenda Buriti, na cidade de Sidrolândia, a 72 quilômetros de Campo Grande. Oito dias depois, a então presidente da Funai, Marta Azevedo, se demitiu, depois de passar apenas dez meses no cargo.

CONT.



Nesse período, nada menos que sete líderes guaranis foram mortos naquele Estado.

A maioria das terras indígenas do Mato Grosso do Sul existentes foi regularizada antes da Constituição de 1988. O mesmo ocorreu no Paraná e em outros estados do Sul, Sudeste e Nordeste. Naquela época, muitas vezes os territórios recebidos pelos índios mal ultrapassavam a área das aldeias. Essa política demarcatória refletia o pensamento oficial da época, que era o de assegurar terra para os índios com a perspectiva de que, mais cedo ou mais tarde, eles seriam absorvidos pela sociedade "branca". Esse desaparecimento, no entanto, não ocorreu, e muitos dos grupos que se estabeleceram naqueles locais até aumentaram sua população.

"Hoje eles habitam espaços muito pequenos, onde não conseguem pescar, caçar ou plantar", diz o antropólogo Edmundo Peggion, professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp em Araraquara e estudioso de povos indígenas do sul do Amazonas. "Por isso, alguns sobrevivem trabalhando em fazendas de cana, que aliás ficam em terrenos que anteriormente pertenceram aos próprios índios", explica. Ele conta que, devido ao crescimento populacional, algumas aldeias já se assemelham a favelas. "Há até grupos que vivem em acampamentos na beira da estrada, como foi o caso dos Guarani Kaiowá envolvidos em conflitos do ano passado", lembra o pesquisador.

É fácil de compreender, então, que esses grupos solicitem à Funai a ampliação de algumas terras já homologadas. Esses pedidos, no entanto, também estão parados. Para Santilli, a grande quantidade de reivindicações não atendidas existentes no país hoje fez crescer o inconformismo, e os indígenas passaram a adotar uma postura de revolta com as políticas governamentais. Daí a explicação para cenas como a do protesto no Monumento às bandeiras.

Índios temem ataque após ônibus incendiado em MS, diz cacique

SÍTIO TÁ NA MIDIA NAVIRAÍ, 02.11.2013



Ônibus estava desocupado quando foi incendiado

Cerca de 30 alunos indígenas da etnia terena da aldeia Cachoeirinha, em Miranda, a 203 km de Campo Grande, estão com medo de ir para a escola e temem novos ataques depois que o ônibus escolar da aldeia foi incendiado, na madrugada de quinta-feira (28). Afirmação foi feita nesta sexta-feira (29), pelo cacique da aldeia, Adilson Antônio Terena. O veículo não tinha passageiros..

"Depois do ataque de madrugada, no mesmo dia à noite, os alunos foram ameaçados no caminho de volta para a aldeia. Três motoqueiros seguiram o ônibus até que apareceu um carro e eles fugiram. Nós tivemos um ataque assim há dois anos e uma aluna morreu. Está acontecendo tudo de novo", conta.

Conforme o terena Ramão Vieira Souza, uma das alunas que estavam no ônibus, na noite de quinta-feira, relatou ter visto uma garrafa tampada com um pano na mão de um dos motociclistas.

O cacique disse que as crianças não vão à aula nesta sexta-feira, apesar de outro ônibus ter sido disponibilizado para o transporte dos indígenas. Conforme Adilson, os alunos e o motorista do veículo temem novos ataques, como em 2011, quando outro ônibus escolar foi atingido por um coquetel molotov. Na época, uma aluna morreu e outros ficaram gravemente feridos.

CONT.



Segundo a Polícia Civil, o ônibus foi incendiado por volta das 3h (de MS) de quinta-feira, na rua Belo Horizonte, no bairro Nova Miranda. Adilson disse que o veículo havia deixado os alunos na aldeia e estava estacionado em frente à casa do motorista quando foi incendiado. A Polícia Civil fez perícia no local e apura se o incêndio foi criminoso ou por falha mecânica.

"Não sei se é fazendeiro, não posso afirmar isso, mas que isso [ataque] é estranho, isso é, e dá medo na gente", explica. Adilson diz que, a partir da próxima semana, os próprios indígenas farão a escolta do ônibus escolar para evitar novos ataques.

"Estamos fazendo a nossa própria segurança, porque nossos alunos não podem perder o ano letivo, não vamos deixar isso acontecer. Eles estão quase se formando. Vamos escoltar os ônibus porque ninguém mais liga para nós, nem a polícia", diz.

Ele ainda explica que a escolta não será armada. "Arma para nós é o pai que está lá em cima", afirma. Segundo o cacique, cerca de 7 mil indígenas vivem na região composta por seis aldeias e parte desses moradores da aldeia estuda à noite em uma escola de Miranda.

O transporte é feito diariamente por um ônibus escolar que busca os alunos na aldeia por volta das 18h (de MS) e retorna às 23h. O caminho percorrido, segundo o cacique, tem cerca de 15 km de distância e a maior parte dos trechos é sem iluminação.

Um boletim de ocorrência foi registrado na Polícia Civil de Miranda como dano e o caso será investigado.

Índios mundurucu viajam de avião para reunião ministerial

SÍTIO DN GLOBO, 02.12.2013

Os índios tinham ocupado há nove dias o principal estaleiro de obras da barragem de Belo Monte, no estado do Pará. Exigem a suspensão de todos os empreendimentos hidroelétricos na Amazônia e querem uma consulta popular aos povos indígenas.



Os índios viajaram em dois aviões da Força Aérea Brasileira para um encontro, em Brasília, com vários ministros do Governo de Dilma Roussef. Segundo os números divulgados pelos mundurucu, viajaram 187 índios (dos quais 32 mulheres e 27 crianças).

O responsável da tribo mundurucu, Jairo Saw, citado pelos media brasileiros, disse que o objetivo da reunião não é negociar com o Governo. "Vamos apresentar a nossa posição sobre construir hidroelétricas nos nossos territórios e exigir que o Governo respeite a Constituição e os tratados internacionais que assinou e que garantem o nosso direito de sermos consultados", afirmou.



Rio dos Índios e a luta pela Terra (completo)
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.12.2013

ASSISTA AO VÍDEO COMPLETO:

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=fceeCQjXYKU

Gapin LutaOriginária - O que a mídia mascara é que o conflito instaurado em Vicente Dutra, na verdade, passa muito longe de ser uma briga "entre pequenos". Trata-se de uma luta dos Kaingang contra a expropriação indevida de parte de seu território feita pelo ex-prefeito da cidade, Osmar José da Silva, que conta com o apoio de parceiros políticos.

Enquanto morrem indígenas em atentados em todo o país e muitos outros poderão ocorrer devido às ameaças anunciadas e às promessas de que os ruralistas irão "resolver" por eles mesmos a questão dos conflitos agrários no Mato Grosso do Sul, esta grande rede federal-local vai ganhando tempo, protegendo micro e macro interesses e renovando a esperança de conseguir finalmente alterar a Constituição Federal para poder, de uma vez por todas, retirar os indígenas do caminho do "progresso e do desenvolvimento".



Questão Indígena: 'Não podemos aceitar violência das invasões', diz produtor e presidente da Aprosoja/MS

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 02.12.2013

Ele fala sobre compra de áreas pelo governo e a insegurança por causa da ação dos índios

Os conflitos entre índios e produtores rurais, em Mato Grosso do Sul, têm gerado posições e reivindicações de ambos os lados. Nesta entrevista, o produtor rural e presidente da Aprosoja/MS, Almir Dalpasquale traça um panorama – do ponto de vista de sua classe – sobre a situação. Ele fala sobre a organização dos produtores em relação às invasões de propriedades rurais, esclarece o assunto “milícias”, aborda a compra de áreas por parte do governo federal e mostra a insegurança gerada pela ação dos indígenas.

CORREIO PERGUNTA – Recentes conflitos, inclusive com uma morte, mostram que a solução do problema de terras envolvendo indígenas e produtores rurais ainda não é realidade. E que os produtores querem criar milícias para proteger suas terras, tendo um leilão marcado para arrecadar fundos para formá-las. Isso significa que se esgotaram todas as possibilidades de diálogo?

ALMIR DALPASQUALE – Conceituar a movimentação dos produtores rurais como formação de milícia merece alguns esclarecimentos. Estamos falando de invasões de propriedades praticamente em série no nosso Estado. São 80, algumas delas invadidas há mais de uma década. E falamos também da ameaça de novas invasões. Proteger seu patrimônio contra esses atos criminosos é um direito legítimo do produtor rural. A primeira violência é a invasão da propriedade privada. E considerar apenas uma morte resultante deste conflito reflete uma visão unilateral. Temos três policiais militares assassinados por indígenas no Estado, e o governador (André Puccinelli) cobrou do Ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo), na semana passada, em audiência pública no Senado, Justiça para esses homens. E em abril deste ano um pequeno produtor rural foi torturado e assassinado e as imagens dessa tortura e do pedido de clemência desse produtor estão na internet, para quem quiser ver. E há outros aspectos que também não aparecem: vandalismo e depredação de propriedades privadas com incêndios criminosos, desaparecimento de animais, roubo de máquinas e implementos, que se tornaram prática corriqueira no Estado. Diante de um quadro escancarado de violência como esse, não tem sentido falar de milícias.

Leia a entrevista na íntegra no site do Correio do Estado.

Fonte: Correio do Estado

Cacique é assassinado no interior de MS

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 02.12.2013



O cacique Ambrósio Vilhalva foi assassinado na madrugada de hoje (2). Equipes da perícia e da Polícia Civil se deslocam até a aldeia Guariroká, no distrito de Cristalina, município de Caarapó – distante 273 km de Campo Grande.

Ainda não há mais detalhes sobre o caso, que está sendo apurado pela reportagem.

Aldeia Guyraroka - Atualmente, o grupo mantém algumas roças que alimentam o povo e geram excedentes para comercializarem. Além disso, criam pequenos animais e têm alguns cavalos e vacas leiteiras. As crianças da aldeia frequentam regularmente a escola fora da aldeia, mas são constantemente vítimas de preconceito.

Desamparo social estimula migração indígena para Belo Horizonte

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.12.2013



Wesley Rodrigues/Hoje em Dia

São diversas as motivações para que famílias indígenas inteiras deixem a terra de origem e venham tentar a sorte em Belo Horizonte. O jovem Raiocoã (nome de "branco" Wender Lima de Souza) abandonou há seis meses a aldeia Coroa Vermelha, no Sul da Bahia, para morar na capital mineira.

Segundo ele, falta de tudo na comunidade. "Não tem médico, emprego nem energia elétrica. E a disputa pelas terras indígenas nos impede de plantar e caçar". "Não sei até quando vou ficar em BH, mas outros jovens, filhos dos parentes que ficaram na aldeia, já planejam se mudar para a cidade, também em busca de uma vida melhor", diz outro rapaz, Aripochê, agora chamado João Vitor.

Os pataxós não perderam o contato com a aldeia. "A cada 15 dias, vamos lá buscar mais

produtos artesanais para vender", explica Sucupira ou Willian Lima de Souza.

Segundo os índios, a falta de apoio do poder público às tribos vai provocar uma migração ainda maior para a capital, esvaziando as comunidades.

"Não tem como viver isolado, sem saúde e educação", diz um pataxó que preferiu não se identificar e vendia artesanato perto de um supermercado na região hospitalar, na sexta-feira.

Segundo o sociólogo, antropólogo e cientista político Leônidas Valadares Viegas Lopes, a prática de deixar a família começou com o homem do campo, que saiu da roça para a cidade. Agora, caberia a firmas privadas e ao setor público se sensibilizar e promover o ingresso dos índios no mercado formal de trabalho.

"O artesanato se torna a única alternativa de sobrevivência. Mas, sem dinheiro para se manter na cidade grande, muitos índios se tornam moradores de rua. Às vezes, o dinheiro não dá nem para comer. As mulheres não têm com quem deixar os filhos, que ficam em situação de vulnerabilidade ao acompanhar a família".

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

Sucateada, Casai desativa 10 dos 29 leitos em Dourados Título Interno
SÍTIO DOURADOS AGORA, 02.12.2013

Pacientes indígenas estariam enfrentando problemas relacionados a alimentação precária e falta manutenção dos leitos, segundo Conselho de Saúde Indígena



Presidente da entidade, Fernando de Souza, a Casai enfrenta problemas como a falta de materiais de limpeza, higiene pessoal para os pacientes, roupas de cama, banheiros danificados, e no abastecimento de alimentos, que não é suficiente para atender toda a demanda durante todo o mês. Em alguns quartos falta iluminação e ventilação o que também estaria castigando os doentes

Sucateada, a Casa de Saúde Indígena de Dourados (Casai) teria desativado 10 dos 29 leitos disponíveis. O motivo está relacionado a falta de manutenção na estrutura da unidade, segundo denúncia do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Dourados (Condisi).

De acordo com o presidente da entidade, Fernando de Souza, a Casai enfrenta problemas como a falta de materiais de limpeza, higiene pessoal para os pacientes, roupas de cama, banheiros danificados, e no abastecimento de alimentos, que não é suficiente para atender toda a demanda durante todo o mês. Em alguns quartos falta iluminação e ventilação o que também estaria castigando os doentes. "Todas estas situações impedem o funcionamento adequado da casa e chegou a um ponto em que o atendimento ficou inviável em alguns dos leitos", disse.

Com a desativação, a estrutura terá menos vagas para atender os pacientes indígenas que chegam da região. São homens, mulheres, crianças e idosos que saem das aldeias da região para serem atendidos em tratamentos ambulatoriais em hospitais de Dourados. "As dificuldades para os indígenas são muitas. Vão desde o choque de sair da sua aldeia para

CONT.



receber atendimento médico em outro município, até o fato de não ser tratado com estrutura adequada na Casai. As denúncias vão desde a falta de alimentação, até o transporte que é demorado. Muitas vezes o índio sai da consulta às 9h mas devido a falta de veículos disponíveis, é buscado lá pelas 14h”, denuncia.

Fernando diz que esteve no local para verificar in loco as condições da Casa. Segundo ele, um relatório será encaminhado para a Secretaria Nacional de Saúde Indígena. De acordo com ele, a responsabilidade pela manutenção da casa é da Secretaria Especial de Saúde indígena (Sesai) de Mato Grosso do Sul, que devido a saída do atual coordenador, Nelson Olazar, não estaria dando os encaminhamentos as demandas da população indígena.

Crise

A crise da Saúde indígena gera desconforto entre a coordenação da Sesai e as lideranças indígenas do Estado. De acordo com Fernando de Souza, a comunidade cobra a publicação em diário Oficial do chefe da Sesai, Nelson Olazar. Ele pediu exoneração do cargo no último dia 15 de outubro durante Conferência Distrital da Saúde Indígena realizada em Campo Grande.

O chefe da Sesai, Nelson Olazar, disse recentemente ao Campo Grande News que não suportou a pressão e diz ainda que foi vítima de acusações difamatórias. “Me acusaram de incompetência e fizeram insinuações perguntando onde está o dinheiro as Sesai, são incriminações sem foco, sem fundamentos, mas que desgastam”, reclamou Olazar.

Diante das acusações, ele nega que durante a gestão tenha sido desonesto. O site entrou em contato com a Sesai e foi informado que Nelson estava em uma reunião.

Ponto de apoio para agricultura será criado na Aldeia Amambai

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 02.12.2013



A ordem de serviço visa a construção de um barracão para máquinas agrícolas.

Na última quinta-feira (28), a Prefeitura de Amambai assinou uma ordem de serviço para a construção de um barracão para máquinas agrícolas na Aldeia Amambai. Além da construção, a prefeitura também viabilizará a reforma do Salão Comunitário da Pastoral da Criança/Saúde e o alambrado para a horta e viveiro da APM da escola Guarani.

A construção do barracão foi viabilizada por uma parceira da Prefeitura de Amambai com a Funai (Fundação Nacional do Índio). O local funcionará como um ponto de apoio à produção, onde as máquinas agrícolas ficarão guardadas. "O

barracão vai servir para organizar e facilitar a produção agrícola da comunidade e gradativamente vai se tornar um ponto de encontro e apoio da agricultura que terá abastecimento, um local para guardar sementes e futuramente colocar uma oficina para as máquinas agrícolas", destacou o prefeito.

O capitão da Aldeia Amambai, Italiano Vasque, agradeceu o esforço da prefeitura para melhorar o trabalho da comunidade indígena. "Nós vamos ganhar muito com essa parceria da Funai e da Prefeitura, vamos ter condições de melhorar a nossa agricultura, organizando nosso trabalho e com isso nós queremos melhorar nossa comunidade. O que queremos é bater na sua casa para vender nosso milho, nossa mandioca, ao invés de pedir esmola.", destacou o capitão.

Durante a solenidade da assinatura o vice-capitão Arsênio Vasque destacou que o apoio da Prefeitura é fundamental para o desenvolvimento da agricultura indígena. "Eu agradeço muito essa ação de vocês. Se não fosse a prefeitura esse serviço não ia sair", comentou Arsênio.

Reforma na Pastoral

A reforma que será realizada na Pastoral da Saúde e da Criança irá trazer mais segurança ao local. De acordo com a comunidade indígena é muito difícil manter móveis, utensílios na Pastoral, pois o local fica aberto, sem proteção, o que acaba facilitando os roubos. Com a reforma, o barracão ficará fechado e mais seguro.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

MPF recomenda consulta às comunidades indígenas de Paragominas para realização de novo concurso

SÍTIO JORNAL GGN, 19.11.2013

Prefeitura do município deve realizar novo concurso até dezembro de 2015



O Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) recomendou ao município de Paragominas a consulta às comunidades para realização de novo concurso público para o preenchimento de cargos da Zona Indígena do município. A prefeitura tem prazo de 45 dias a partir do recebimento da recomendação para de manifestar sobre o acatamento ou não da recomendação. Caso seja acatada, devem ser apresentadas as medidas administrativas a serem tomadas

A recomendação é no sentido da realização de consulta às comunidades indígenas da Terra Indígena Alto Rio Guamá, da realização de concurso público, até dezembro de 2015, para seleção dos professores com formação em nível médio, na modalidade magistério indígena e também dos cargos administrativos, previsão, em edital, de requisitos que determinem o respeito à língua própria da etnia Tembé, bem como a consideração das especificidades da cultura e elaboração de programa político pedagógico mediante a consulta às comunidades, considerando uma educação diferenciada, com conteúdo programático, material didático, cronogramas e tempos próprios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 218 / 2013

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

A recomendação é resultado de inquérito civil público que buscou averiguar a possível nulidade de concurso público realizado pela prefeitura de Paragominas em 2012, depois que alguns dos concursados abriram representação no MPF informando a não tomada de posse para o cargo específico para o qual haviam prestado concurso, por não terem sido aceitos nas comunidades indígenas, que alegaram não terem sido consultadas quanto ao concurso e que não aceitam pessoas estranhas a sua cultura.

De acordo com a recomendação a prefeitura de Paragominas realizou tentativas conciliadoras com os índios, sendo que alguns professores foram aceitos pelas comunidades. Os concursados que não foram aceitos foram remanejados para atuarem em outras áreas do serviço de educação municipal.

“O concurso realizado pela Prefeitura de Paragominas, quanto à parte que se refere à ‘Zona Indígena’, por não ter sido realizada consulta prévia, bem como por não considerar as especificidades da cultura da etnia Tembê, apresentou vício que poderia fulminá-lo por nulidade; que, no entanto, tendo em vista que a posição de conciliação encontrada pelo ente federado e a comunidade indígena acabou por afastar o prejuízo tanto aos direitos indígenas como aos concursados que haviam sido aprovados e foram remanejados”, ressalta texto da recomendação.

Fonte: www.prpa.mpf.mp.br